

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	19
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	86
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	89
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	90
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	91
--	----

Motivos de Reapresentação	92
---------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1
Preferenciais	0
Total	1
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
1	Ativo Total	99.000.747	122.993.598
1.01	Ativo Circulante	39.807.532	41.033.891
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	33.006.785	31.463.224
1.01.02	Aplicações Financeiras	3.622.039	6.923.260
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	1.295.688	1.390.178
1.01.02.01.02	Títulos Designados a Valor Justo	1.073.587	1.380.833
1.01.02.01.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	9.345	9.345
1.01.02.01.05	Cotas de Fundos de Investimento	212.756	0
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	2.092.440	5.300.432
1.01.02.02.02	Ações	2.092.440	5.082.632
1.01.02.02.04	Cotas do Fundo de Investimento	0	217.800
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	233.911	232.650
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	3.178.708	2.647.407
1.01.08.03	Outros	3.178.708	2.647.407
1.01.08.03.01	Venda a Prazo de Títulos e Valores Mobiliários	928.447	920.821
1.01.08.03.02	(-) Provisão para Redução ao Valor Recuperável	-86.107	-75.344
1.01.08.03.03	Direitos Recebíveis	858.256	858.252
1.01.08.03.04	(-) Provisão para Redução ao Valor Recuperável	-686.183	-625.804
1.01.08.03.05	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Receber	944.785	410.969
1.01.08.03.06	Impostos e Contribuições a Recuperar e Antecipações	654.302	687.058
1.01.08.03.07	Devedores por Depósitos em Garantia	4.218	4.154
1.01.08.03.11	Cessão de Direito de Capitalização	430.981	431.056
1.01.08.03.12	Bens Não de Uso Próprio	999	999
1.01.08.03.20	Outros	129.010	35.246
1.02	Ativo Não Circulante	59.193.215	81.959.707
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	50.505.213	72.869.796
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	1.013.454	1.384.112
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	1.013.454	1.384.112
1.02.01.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	46.026.271	67.986.773
1.02.01.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	2.423.882	2.452.270
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.041.606	1.046.641
1.02.01.10.03	Venda a Prazo de Títulos e Valores Mobiliários	143.390	112.970
1.02.01.10.04	(-) Provisão para redução ao valor recuperável	-13.298	-9.243
1.02.01.10.05	Direitos Recebíveis	1.339	1.314
1.02.01.10.06	(-) Provisão para Redução ao Valor Recuperável	-1.070	-958
1.02.01.10.07	Incentivos Fiscais	180.021	212.840
1.02.01.10.09	Devedores por Depósitos em Garantia	730.237	728.777
1.02.01.10.20	Outros	987	941
1.02.02	Investimentos	8.688.002	9.089.911
1.02.02.01	Participações Societárias	8.688.002	9.089.911
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	8.688.002	9.089.911

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2	Passivo Total	99.000.747	122.993.598
2.01	Passivo Circulante	3.227.003	2.729.769
2.01.03	Obrigações Fiscais	418.699	31.825
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	418.699	31.825
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	406.035	0
2.01.03.01.02	Outros Impostos e Contribuições	12.664	31.825
2.01.05	Outras Obrigações	2.808.304	2.697.944
2.01.05.02	Outros	2.808.304	2.697.944
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	2.506.713	2.481.526
2.01.05.02.04	Passivo atuarial - PBB	36.320	33.450
2.01.05.02.05	Passivo atuarial - PAS	22.810	17.728
2.01.05.02.11	Despesas administrativas a pagar	55.469	78.649
2.01.05.02.20	Diversas	186.992	86.591
2.02	Passivo Não Circulante	4.629.189	13.242.411
2.02.02	Outras Obrigações	944.736	822.702
2.02.02.02	Outros	944.736	822.702
2.02.02.02.03	Passivo atuarial - PBB	502.723	346.133
2.02.02.02.04	Passivo atuarial - PAS	442.013	476.569
2.02.03	Tributos Diferidos	2.117.911	10.919.724
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.117.911	10.919.724
2.02.04	Provisões	1.566.542	1.499.985
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.566.542	1.499.985
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	13.507	13.231
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.553.035	1.486.754
2.03	Patrimônio Líquido	91.144.555	107.021.418
2.03.01	Capital Social Realizado	60.344.504	60.344.504
2.03.01.01	Capital Social	60.344.504	60.344.504
2.03.04	Reservas de Lucros	10.461.797	10.461.797
2.03.04.01	Reserva Legal	812.519	812.519
2.03.04.02	Reserva Estatutária	863.113	863.113
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	268.341	268.341
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	8.517.824	8.517.824
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	384.508	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	19.498.229	35.612.408
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	918.640	1.068.567
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-463.123	-465.858

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	264.520	5.808.221
3.01.01	Dividendos	5.887	8.629
3.01.02	Juros sobre capital próprio	842.845	1.874
3.01.03	Resultado com alienações de coligadas, bônus e direitos de subscrição	0	5.995.416
3.01.05	Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-579.276	-202.778
3.01.06	Resultado com fundos de investimento em participações societárias	-4.936	5.080
3.03	Resultado Bruto	264.520	5.808.221
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-444.301	1.451.890
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-368.813	-210.337
3.04.02.01	Provisão para contingências trabalhistas	-66.557	-20.600
3.04.02.02	Remuneração da diretoria e conselheiros	-250	-259
3.04.02.03	Despesas com pessoal	-152.443	-108.914
3.04.02.05	Despesas com tributos	-109.662	-45.752
3.04.02.06	Atualização monetária de ativos - SELIC	-13.815	-20.573
3.04.02.07	Despesas Administrativas	-18.489	-18.813
3.04.02.20	Diversas	-7.597	4.574
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	621.999
3.04.04.01	Participações societárias	0	621.999
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	1.684	0
3.04.05.02	Reversão (constituição) de provisão para perdas em investimentos	1.684	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-77.172	1.040.228
3.04.06.01	Receita de equivalência patrimonial	545.441	1.286.183
3.04.06.02	Despesa de equivalência patrimonial	-622.613	-245.955
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-179.781	7.260.111
3.06	Resultado Financeiro	277.374	635.938
3.06.01	Receitas Financeiras	362.947	700.445
3.06.01.01	Receitas de operações de crédito	38.834	34.347
3.06.01.02	Títulos e valores mobiliários	324.113	666.098
3.06.02	Despesas Financeiras	-85.573	-64.507
3.06.02.01	Encargos financeiros referentes a emissão de debêntures	0	-49.728
3.06.02.05	Reversão (constituição) de provisão para risco de crédito	-85.573	-14.779
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	97.593	7.896.049
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-188.215	-2.050.371
3.08.01	Corrente	-756.056	-2.597.269
3.08.02	Diferido	567.841	546.898
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-90.622	5.845.678
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-90.622	5.845.678
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-90.622.000,00000	5.845.678.000,00000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-90.622.000,00000	5.845.678.000,00000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	-90.622	5.845.678
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-15.786.241	6.001.077
4.02.01	Ajuste a Valor Justo de Títulos Próprios	-15.770.326	6.679.805
4.02.02	Ajuste a Valor Justo de Títulos de Coligadas	140.045	2.262
4.02.03	Ganhos ou perdas atuariais próprias	-133.333	198.358
4.02.04	Realização do Ajuste a Valor Justo de Títulos Próprios	127.806	0
4.02.05	Ajuste Acumulado de Conversão de Coligadas	-149.927	-655.724
4.02.07	Outros Resultados Abrangentes de Coligadas	-506	-223.624
4.03	Resultado Abrangente do Período	-15.876.863	11.846.755

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.227.528	7.199.350
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.379.617	9.908.810
6.01.01.01	Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	97.593	7.896.049
6.01.01.02	Constituição (reversão) da provisão para perdas de crédito	85.573	14.779
6.01.01.03	Constituição (reversão) de provisões trabalhistas e cíveis	66.557	20.600
6.01.01.04	Resultado de participações em coligadas	77.172	-1.040.228
6.01.01.10	Constituição (reversão) da provisão para perdas de investimentos	-1.684	0
6.01.01.11	Resultado com instrumentos financeiros derivativos	579.276	202.778
6.01.01.14	Atualização monetária de debêntures	0	49.617
6.01.01.15	Resultado com a realização de instrumentos patrimoniais - VJORA	475.130	2.765.215
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-152.089	-2.709.460
6.01.02.01	Diminuição (Aumento) líquido em créditos por venda a prazo de TVM e direitos recebíveis	-48.339	-36.385
6.01.02.02	Diminuição (Aumento) líquido de títulos e valores mobiliários	719.118	117.213
6.01.02.03	Diminuição (Aumento) líquido nas demais contas do ativo	-563.500	406.675
6.01.02.06	Aumento (diminuição) líquida nas demais contas do passivo	-15.456	1.064.308
6.01.02.08	IR e CSLL pagos	-243.912	-4.261.271
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	316.033	2.104.472
6.02.01	Venda de ativos de investimentos	0	2.062.441
6.02.03	Recebimento de dividendos e juros sobre o capital próprio de coligadas	316.033	42.031
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.543.561	9.303.822
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	31.463.224	22.391.438
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	33.006.785	31.695.260

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	60.344.504	0	10.461.797	0	36.215.117	107.021.418
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	60.344.504	0	10.461.797	0	36.215.117	107.021.418
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	384.508	-16.261.371	-15.876.863
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-90.622	0	-90.622
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	475.130	-16.261.371	-15.786.241
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-23.685.597	-23.685.597
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	8.043.077	8.043.077
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	139.539	139.539
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-149.927	-149.927
5.05.02.06	Ganhos ou perdas atuariais	0	0	0	0	-122.580	-122.580
5.05.02.07	Tributos s/ ganhos ou perdas atuariais	0	0	0	0	-10.753	-10.753
5.05.02.08	Alienação de investimentos em instrumentos patrimoniais designado a VJORA	0	0	0	475.130	-475.130	0
5.07	Saldos Finais	60.344.504	0	10.461.797	384.508	19.953.746	91.144.555

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	60.344.504	0	4.423.904	0	28.277.595	93.046.003
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	60.344.504	0	4.423.904	0	28.277.595	93.046.003
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	8.610.893	3.235.862	11.846.755
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	5.845.678	0	5.845.678
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	2.765.215	3.235.862	6.001.077
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	10.235.876	10.235.876
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-3.556.070	-3.556.070
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	-221.362	-221.362
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-655.725	-655.725
5.05.02.06	Ganhos ou perdas atuariais	0	0	0	0	198.891	198.891
5.05.02.07	Tributos s/ ganhos ou perdas atuariais	0	0	0	0	-533	-533
5.05.02.08	Alienação de investimentos em instrumentos patrimoniais designado a VJORA	0	0	0	2.765.215	-2.765.215	0
5.07	Saldos Finais	60.344.504	0	4.423.904	8.610.893	31.513.457	104.892.758

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019
7.01	Receitas	469.017	7.175.172
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	362.947	700.445
7.01.02	Outras Receitas	106.070	6.474.727
7.01.02.01	Realização de inst. patrimoniais designados ao VJORA	676.778	0
7.01.02.02	Outros	-570.708	6.474.727
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-200.719	-172.250
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-101.472	-141.338
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-15.358	-16.133
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-83.889	-14.779
7.03	Valor Adicionado Bruto	268.298	7.002.922
7.04	Retenções	-1.617	-1.376
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.617	-1.376
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	266.681	7.001.546
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	771.560	1.050.731
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-77.172	1.040.228
7.06.03	Outros	848.732	10.503
7.06.03.01	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	848.732	10.503
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.038.241	8.052.277
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.038.241	8.052.277
7.08.01	Pessoal	135.404	96.764
7.08.01.01	Remuneração Direta	85.245	61.592
7.08.01.02	Benefícios	38.026	27.479
7.08.01.03	F.G.T.S.	7.125	5.087
7.08.01.04	Outros	5.008	2.606
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	516.814	2.108.533
7.08.02.01	Federais	514.050	2.106.489
7.08.02.02	Estaduais	3	3
7.08.02.03	Municipais	2.761	2.041
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.515	1.302
7.08.03.02	Aluguéis	1.515	1.302
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	384.508	5.845.678
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	384.508	5.845.678



Comentário sobre o desempenho

Desde 2018, com a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros (correlacionado à Norma Internacional *IFRS 9 – Financial Instruments*), o resultado das alienações de participações societárias mensuradas ao valor justo por outros resultados abrangentes (VJORA) e da amortização de cotas de fundos de investimento deixaram de transitar pela Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), sendo registrados diretamente na rubrica de Lucros (Prejuízos) Acumulados no Patrimônio Líquido. Neste contexto, a análise do desempenho da BNDESPAR contempla o lucro do exercício apresentado na DRE somado ao resultado de alienações contabilizado no Patrimônio Líquido, que ora denomina-se “lucro (prejuízo) líquido ajustado”.



1. Principais Indicadores

Resultado (R\$ milhões)	1T20	1T19	Δ (%)
Resultado com Participações Societárias (RPS)	189	7.470	(97,5)
Resultado com Operações Financeiras	277	636	(56,4)
Outras Despesas, líquidas	(369)	(210)	75,3
Tributação sobre o Lucro	(188)	(2.050)	(90,8)
Lucro (prejuízo) Líquido	(91)	5.846	(101,6)
Outros Resultados Abrangentes	(15.786)	6.001	(363,1)
Lucro (Prejuízo) Abrangente	(15.877)	11.847	(234,0)
Resultado Ajustado (R\$ milhões)	1T20	1T19	Δ (%)
Resultado com Participações Societárias Ajustado ¹	866	11.773	(92,6)
Resultado com Operações Financeiras	277	636	(56,4)
Outras Despesas, líquidas	(369)	(210)	75,3
Tributação sobre o Lucro Ajustado	(390)	(3.589)	(89,1)
Lucro (prejuízo) Líquido Ajustado ¹	384	8.611	(95,5)
Posição Financeira (R\$ milhões)	31/03/2020	31/12/2019	Δ (%)
Ativo Total (AT)	99.001	122.994	(19,5)
Disponibilidades	33.007	31.463	4,9
Debêntures ²	4.742	5.440	(12,8)
Participações Societárias (PS) ³	57.019	82.377	(30,8)
<i>Não Coligadas</i>	46.211	70.828	(34,8)
<i>Coligadas</i>	8.688	9.090	(4,4)
<i>Fundos de Participações de Renda Variável</i>	2.120	2.459	(13,8)
Outros Ativos	4.233	3.713	14,0
Obrigações por Emissão de Debêntures	-	-	-
Outras Obrigações	7.856	15.972	(50,8)
Patrimônio Líquido (PL)	91.145	107.021	(14,8)
Indicadores Financeiros (%)	31/03/2020	31/12/2019	
Patrimônio Líquido/Ativo Total (PL / AT)	92,06%	87,01%	
Participações Societárias/Ativo Total (PS / AT) ³	57,59%	66,98%	
Rentabilidade (%)	1T20	1T19	
Retorno s/ Ativos (LL / AT _{médio}) ⁴	-0,08%	34,52%	
Retorno s/ PL (LL / PL _{médio}) ⁴	-0,09%	33,96%	
Rentabilidade ajustada pelas alienações (%)	1T20	1T19	
Retorno s/ Ativos (LL / AT _{médio}) ajustado pelas alienações ⁴	2,20%	50,85%	
Retorno s/ PL (LL / PL _{médio}) ajustado pelas alienações ⁴	2,14%	50,02%	

¹ O Resultado com participações societárias e o lucro líquido ajustados consideram o efeito das alienações que deixou de ser reconhecido no resultado líquido do exercício, a partir de 2018 com a adoção do CPC 48 (Instrumentos Financeiros).

² Líquidas de provisão.

³ No cálculo do indicador financeiro "Participações Societárias/Ativo Total", o saldo de participações societárias contempla o saldo de ativos não circulantes mantidos para venda, tendo em vista que este trata-se de participação societária.

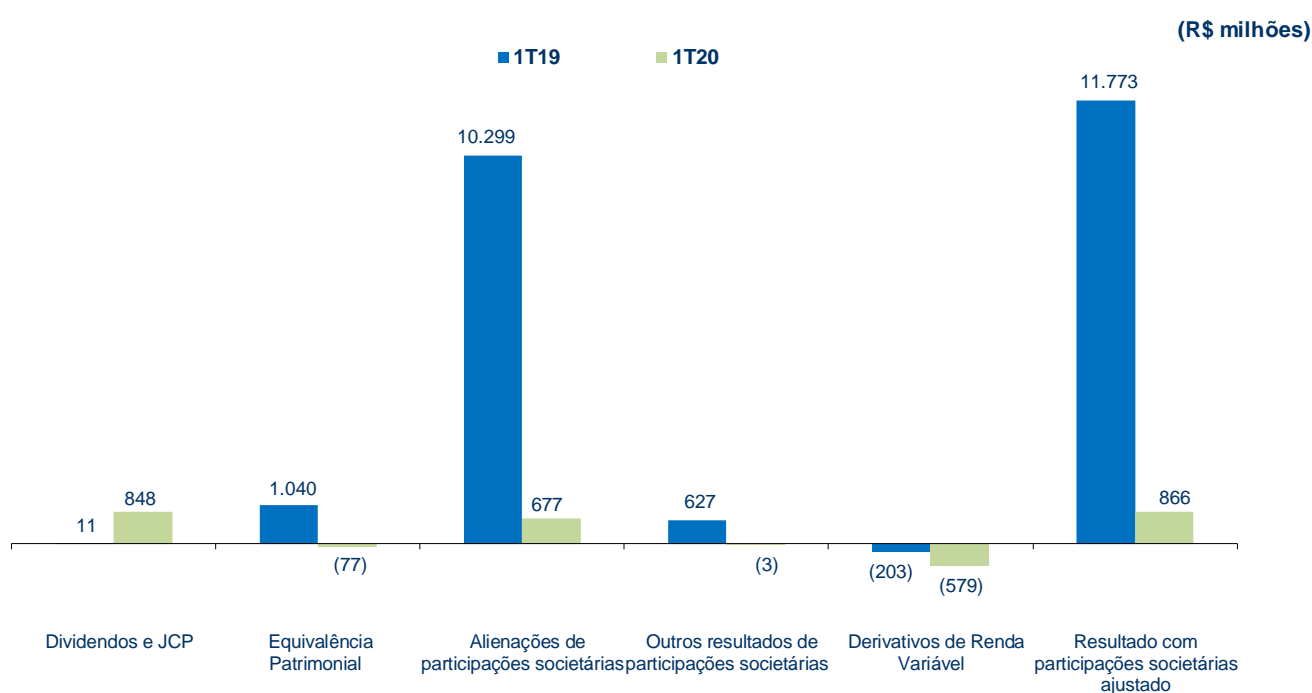
⁴ O cálculo do retorno considera como média dos ativos e patrimônio líquido a soma dos saldos iniciais e finais dos respectivos períodos dividida por 2 e exclui os ajustes a valor de mercado (líquido de tributos no caso do retorno sobre PL).



2. Resultado

A BNDESPAR registrou lucro líquido ajustado de R\$ 384 milhões no 1T20, uma queda de 95,5% diante do lucro líquido ajustado de R\$ 8,611 bilhões registrado no mesmo trimestre de 2019, explicada, principalmente, pelo menor resultado com participações societárias, que apresentou uma redução de 92,6%.

2.1. Resultado com Participações Societárias



No 1T20, o resultado positivo de R\$ 866 milhões é decorrente, principalmente, da receita de dividendos e JCP no valor de R\$ 848 milhões (R\$ 11 milhões no 1T19) e do resultado bruto com alienações de ações e amortizações de cotas de fundos no valor de R\$ 677 milhões (R\$ 10.299 milhões no 1T19), compensado parcialmente pelo resultado negativo com derivativos de R\$ 579 milhões (R\$ 203 milhões negativos no 1T19).

Ressalte-se que no 1T19, houve a operação resgate de ações da Fibria (resultante da operação de incorporação de Fibria pela Suzano), cujo ganho bruto foi de R\$ 5,974 bilhões, e para a alienação de ações de Petrobras, que contribuiu com um ganho bruto de R\$ 2,975 bilhões. No 1T20, as principais alienações envolveram ações de Light e Petrobras, seguidas de Cyrela e MRV.



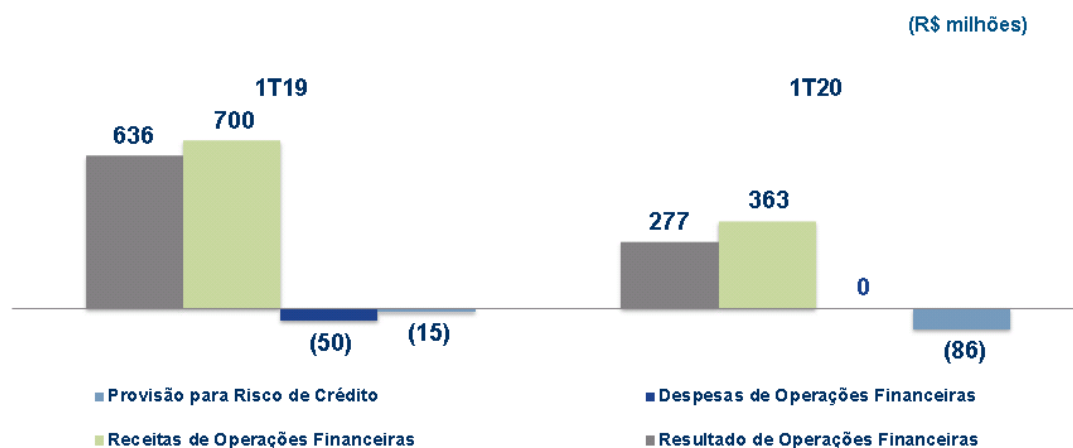
Em relação à receita com dividendos e juros sobre capital próprio que totalizou R\$ 848 milhões no 1T20(R\$ 11 milhões no 1T19), vale destacar que Petrobras (R\$ 380 milhões) e Vale (R\$ 458 milhões) responderam por 99% do total.

O resultado com equivalência patrimonial no 1T20 apresentou redução em relação ao 1T19, passando de R\$ 1,040 bilhão no 1T19 para um valor negativo de R\$ 77 milhões no 1T20, explicada pela venda da totalidade das ações da Marfrig em Dez/19, que havia respondido por 73% do resultado no período anterior, e pelo resultado negativo de JBS, de R\$ 116 milhões (positivo em R\$ 268 milhões no 1T19)..

Vale lembrar que os outros resultados de participações societárias, no 1T19, foram impactados pelo valor de R\$ 622 milhões, referente à diferença entre o custo das ações de Fibria e o valor de mercado da Suzano, quando da troca de ações ocorrida no processo de incorporação da Fibria.

A perda de R\$ 579 milhões com derivativos de renda variável no 1T20 (R\$ 203 milhões no 1T19) decorre dos efeitos oriundos dos derivativos embutidos em debêntures conversíveis ou permutáveis, e é explicado pela desvalorização dos respectivos ativos-objeto.

2.2. Resultado com Operações Financeiras



A redução de R\$ 358 milhões (56,4%) do resultado com operações financeiras entre os trimestres foi influenciada, principalmente, pela queda nas receitas com operações compromissadas e com debêntures e pelo aumento da despesa com provisão para redução ao valor recuperável.



2.3. Outras Despesas, líquidas

O crescimento nas outras despesas, líquidas entre os trimestres, de 75,7%, é explicado principalmente pelos incrementos de R\$ 64 milhões das despesas com tributos referentes basicamente a PIS e COFINS, acompanhando as maiores receitas com juros sobre capital próprio (JCP) registradas; de R\$ 43 milhões das despesas com pessoal devido à elevação da participação da BNDESPAR no rateio das despesas administrativas do Sistema BNDES, que passou de 23% em 2019 para 31% em 2020¹ e de R\$ 46 milhões com provisões trabalhistas e cíveis.

2.4. Tributação sobre o Lucro

As menores despesas com tributos sobre o lucro, de R\$ 188 milhões no 1T20 ante R\$ 2,050 bilhões no 1T19, resultam da queda do resultado do período e por ajustes na expectativa de realização de diferenças temporárias apuradas em exercícios anteriores.

2.5. Outros Resultados Abrangentes/Resultado Abrangente

A queda do Resultado Abrangente, saindo de um lucro de R\$ 11,847 bilhões no 1T19 para um prejuízo de R\$ 15,877 bilhões no 1T20, decorre basicamente da redução de lucro líquido entre os trimestres (desconsiderando o resultado com alienação de ações e fundos) e do ajuste a valor justo dos instrumentos patrimoniais, que foi negativo em R\$ 15,643 bilhões no 1T20, já líquido de tributos, e positivo em R\$ 6,680 bilhões positivos no mesmo período do ano anterior.

Torna-se necessário destacar a guerra de preços do petróleo e a pandemia mundial da COVID-19, que provocaram neste trimestre uma queda de 36,9% no Ibovespa e, conseqüentemente, na carteira de Participações Societárias a Valor Justo (34,8%) e, conseqüentemente, no Resultado Abrangente da BNDESPAR.

3. Posição Financeira

O ativo total da BNDESPAR atingiu R\$ 99,0 bilhões em 31/03/2020, uma redução de 19,5% em relação a R\$ 122,994 bilhões em 31/12/19, impactado, principalmente, pela desvalorização de R\$ 23,7 bilhões da carteira de participações societárias a valor justo, especialmente das ações de Petrobras, Eletrobras e Vale.

¹ O percentual de rateio atribuído às empresas do Sistema BNDES é calculado com base no produto de intermediação financeira do exercício anterior e aplicável a todo exercício corrente.



3.1. Disponibilidades

O crescimento de R\$ 1,544 bilhão (4,9%) das disponibilidades no primeiro trimestre de 2020 refletiu, basicamente, a entrada de recursos oriundos das alienações de investimentos e o recebimento de dividendos, assim como a remuneração destas disponibilidades

3.2. Debêntures

O saldo de debêntures, de R\$ 4,742 bilhões em 31/03/2020, apresentou redução de R\$ 699 milhões (12,8%) em relação ao saldo de R\$ 5,540 bilhões em 31/12/19, refletindo basicamente a desvalorização deste ativo na carteira.

3.3. Participações Societárias

O Ibovespa atingiu 73.020 pontos no final do 1T20, contra 115.645 pontos no final de dezembro de 2019 (redução de 36,9% no trimestre), em função da queda substancial dos preços das ações devido principalmente à guerra de preços do petróleo e à pandemia mundial da COVID-19. Observa-se no trimestre, com base nisso, uma redução de 34,8% na carteira de Participações Societárias a Valor Justo em relação ao fim de 2019, explicados principalmente pela desvalorização das ações da Petrobras, Vale e Eletrobras.

Em 31/03/2020, o valor contábil das participações societárias em não coligadas da BNDESPAR, representado pelo valor justo, superou o seu custo de aquisição em 29,3% (95,8% em 31/12/19), acumulando um ganho potencial de R\$ 10,470 bilhões (R\$ 34,657 milhões em 31/12/19).

Em 31/03/19, a carteira de investimentos da BNDESPAR compreendia títulos de emissão de 104 empresas (incluindo ações em 76) e de 43 fundos, com valores concentrados principalmente nos setores de mineração, petróleo e gás, energia elétrica, alimentos e bebidas e papel e celulose, conforme demonstrado a seguir.

Adicionalmente, nesta mesma data, a BNDESPAR tinha representantes em 13 Conselhos Fiscais e em 31 Conselhos de Administração no universo das empresas investidas, além de Acordo de Acionistas em 42 empresas.



Setor	Ações	Debêntures	Fundos	Derivativos Isolados	Total
Mineração	23,2%	30,4%	0,0%	0,0%	22,9%
Petróleo e Gás	22,7%	0,0%	0,0%	2,8%	20,7%
Energia Elétrica	17,1%	50,5%	0,0%	74,5%	18,5%
Alimentos/Bebidas	20,0%	0,0%	0,0%	0,0%	18,2%
Papel e celulose	10,5%	16,2%	0,0%	0,0%	10,5%
Fd. de Investimento	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	3,2%
Sucroalcooleiro	1,3%	0,0%	0,0%	0,0%	1,2%
Bens de capital	1,3%	0,0%	0,0%	22,7%	1,2%
Logística/Transporte	1,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,9%
Cadeia automobilística	0,9%	0,0%	0,0%	0,0%	0,9%
Siderurgia/metalurgia	0,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,5%
Outros	1,4%	2,9%	0,0%	0,0%	1,5%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

3.4. Outras Obrigações

A conta Outras Obrigações é constituída principalmente por R\$ 2,507 bilhões de dividendos a pagar, R\$ 2,118 bilhões de tributos diferidos passivos e R\$ 1,566 bilhão de provisões trabalhistas e cíveis. O montante de outras obrigações apresentou decréscimo de R\$ 8,116 bilhões (50,8%) no 1T20, devido, sobretudo, à redução de tributos diferidos passivo acompanhando o ajuste a valor justo negativo da carteira de participações em não coligadas.

3.5. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido no 1T20 apresentou queda de 14,8% (R\$ 15,876 bilhões) em relação a 31/12/19, em função da variação do ajuste de avaliação patrimonial, que, já líquida de tributos, foi negativa em R\$ 15,643 bilhões no primeiro trimestre de 2020.



4. COVID-19

Desde janeiro de 2020, verifica-se a progressão da transmissão do novo coronavírus (Sars-Cov-2) em diversos territórios ao redor do mundo. Em 11 de março, foi decretada a situação de pandemia da doença por ele causada, a COVID-19, pela Organização Mundial de Saúde (OMS). A propagação da COVID-19 tem afetado os negócios e as atividades econômicas em diversos países.

O BNDES vem adotando diversas medidas² emergenciais para ajudar o Brasil a enfrentar os efeitos econômicos e impactos sociais da pandemia do coronavírus, como: concessão de crédito para pagamento de folha de pagamento, linha emergencial para o setor de saúde, expansão da linha de crédito para MPMEs, suspensão de pagamentos dos financiamentos e a transferência de recursos para o FGTS para atender o trabalhador. Além das medidas já anunciadas, o BNDES está atento aos pleitos apresentados pelos diferentes setores da sociedade. Todas as solicitações estão sendo tratadas e consideradas na formulação de novas medidas para os problemas enfrentados pelo País.

Ainda nesse contexto, desde março de 2020, está sendo adotado o regime de contingência integral no BNDES, por tempo indeterminado, no escritório do Rio de Janeiro e demais escritórios regionais. Toda a governança e os processos estabelecidos para gestão de continuidade de negócios no cenário experimentado no simulado³ continuam a ser desempenhados. As equipes especialistas permanecem mobilizadas no sentido de prover os recursos e orientações necessárias ao trabalho remoto e há um Comitê de Contingência conduzindo as decisões necessárias e atuando em interação constante com a Alta Administração.

Aliado a isso, a administração intensificou o monitoramento das carteiras de ações, tesouraria e crédito, sob a ótica de gestão de risco de mercado, liquidez e crédito. A evolução dos índices da carteira de ações, tesouraria e de capital vem sendo acompanhada diariamente e reportada à alta administração. Reuniões extraordinárias dos comitês internos de gestão de risco de mercado e liquidez e de crédito vem sendo convocadas periodicamente, para debate, alinhamento e acompanhamento das estratégias a serem perseguidas pela instituição. Com o monitoramento intenso, exercícios de estresse específicos e combinados estão sendo elaborados e apresentados a diversas instâncias (Diretoria, Comitê de Riscos e Conselho de Administração) visando monitorar a posição de capital e liquidez do Banco em diversos cenários e auxiliar na tomada de decisão.

² As informações sobre a atuação do BNDES contra o coronavírus podem ser encontradas em <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/bndes-contr-o-coronavirus>.

³ Informações sobre o simulado de contingência podem ser encontradas em <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/simulacao-de-contingencia-coronavirus>



5. Instrução CVM 381/2003

Em conformidade à Instrução CVM nº 381/03, a BNDESPAR vem declarar que não possui qualquer tipo de contrato de prestação de serviços de consultoria com seus auditores independentes, Grant Thornton Auditores Independentes, caracterizando, assim, a inexistência de conflito de interesses ou comprometimento da objetividade desses auditores em relação ao serviço contratado.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais

31 de março de 2020

Notas Explicativas

Informações Trimestrais em 31 de março de 2020

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

SUMÁRIO	
Demonstrações Financeiras	BALANÇOS PATRIMONIAIS..... 2
	DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS 3
	DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE..... 4
	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 5
	DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO 6
	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA..... 7
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras	1. CONTEXTO OPERACIONAL 8
	2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS..... 8
	3. DIVULGAÇÕES DE ATIVOS FINANCEIROS 12
	4. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS 14
	5. DEBÊNTURES 19
	6. COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO 20
	7. VENDA A PRAZO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E DIREITOS RECEBÍVEIS 21
	8. OUTROS CRÉDITOS 21
	9. MOVIMENTAÇÃO E EFEITOS NO RESULTADO DE PROVISÃO PARA PERDAS DE CRÉDITO 23
	10. PASSIVOS FINANCEIROS..... 24
	11. OUTROS PASSIVOS..... 24
	12. PARTES RELACIONADAS..... 28
	13. OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS 30
	14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO..... 37
	15. GESTÃO DE RISCOS 38
	16. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA 41
	17. EVENTOS SUBSEQUENTES..... 41
	18. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A BNDESPAR 42
	19. PRÁTICAS CONTÁBEIS E ESTIMATIVAS GERAIS SIGNIFICATIVAS..... 42
	MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO 64
Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias 65	

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2020
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

BALANÇOS PATRIMONIAIS

	Nota explicativa	31/03/2020	31/12/2019
ATIVO CIRCULANTE		39.807.532	41.033.891
Caixa e equivalentes de caixa	12.1	33.006.785	31.463.224
Títulos e valores mobiliários		3.622.039	6.923.260
Debêntures	5	1.307.498	1.613.483
Ações e certificados de depósito de ações	4.2	2.092.440	5.082.632
Instrumentos financeiros derivativos	3.4	9.345	9.345
Cotas de fundos de investimento	6	212.756	217.800
Outros créditos		3.177.709	2.646.408
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	7	842.340	845.477
Direitos recebíveis	7	172.073	232.448
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber		944.785	410.969
Impostos e contribuições a recuperar e antecipações	11.1.3	654.302	687.058
Cessão de direito de capitalização	8.2	430.981	431.056
Devedores por depósitos em garantia	8.1	4.218	4.154
Diversos	8.3	129.010	35.246
Outros valores e bens		999	999
ATIVO NÃO CIRCULANTE		59.193.215	81.959.707
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		50.505.213	72.869.796
Títulos e valores mobiliários		49.463.607	71.823.155
Debêntures	5	3.434.136	3.826.831
Ações e certificados de depósito de ações	4.2	44.118.914	65.745.112
Cotas de fundos de investimento	6	1.907.357	2.241.661
Instrumentos financeiros derivativos	3.4	3.200	9.551
Outros créditos		1.041.606	1.046.641
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	7	130.092	103.727
Direitos recebíveis	7	269	356
Incentivos fiscais		180.021	212.840
Devedores por depósitos em garantia	8.1	730.237	728.777
Diversos	8.3	987	941
Investimentos	4.3	8.688.002	9.089.911
Participações em coligadas		8.688.002	9.089.911
TOTAL DO ATIVO		99.000.747	122.993.598
PASSIVO CIRCULANTE		3.227.003	2.729.769
Outras obrigações		3.227.003	2.729.769
Impostos e contribuições sobre o lucro	11.1.1	406.035	-
Outros impostos e contribuições		12.664	31.825
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	10.2 e 12.1	2.506.713	2.481.526
Passivo atuarial	12.3 e 13.1	59.130	51.178
Diversas	11.3	242.461	165.240
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		4.629.189	13.242.411
Outras obrigações		4.629.189	13.242.411
Passivo atuarial	12.3 e 13.1	944.736	822.702
Provisões trabalhistas e cíveis	11.2	1.566.542	1.499.985
Tributos diferidos	11.1.2	2.117.911	10.919.724
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14	91.144.555	107.021.418
Capital social		60.344.504	60.344.504
Reservas de lucros		10.461.797	10.461.797
Reserva legal		812.519	812.519
Reserva de incentivos fiscais		268.341	268.341
Reserva estatutária		863.113	863.113
Remuneração adicional proposta		8.517.824	8.517.824
Ajustes de avaliação patrimonial		19.953.746	36.215.117
Próprios		19.033.336	35.284.318
De coligadas		920.410	930.799
Lucros acumulados		384.508	-
TOTAL DO PASSIVO		99.000.747	122.993.598

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2020
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

	Nota explicativa	31/03/2020	31/03/2019
RECEITAS OPERACIONAIS		1.172.908	8.416.848
De participações societárias		809.961	7.716.403
Receita de equivalência patrimonial	4.3.2	545.441	1.286.183
Resultado com alienações de coligadas, bônus e direitos de subscrição	4.3.2	-	5.995.416
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		(579.276)	(202.778)
Juros sobre o capital próprio	4.2.2	842.845	1.874
Dividendos	4.2.2	5.887	8.629
Outras receitas (despesas) com participações societárias	4.3	-	621.999
Resultado com fundos de investimento		(4.936)	5.080
De operações financeiras		362.947	700.445
Receitas de operações de crédito		38.834	34.347
Títulos e valores mobiliários		324.113	666.098
DESPESAS OPERACIONAIS		(706.502)	(310.462)
De participações societárias		(620.929)	(245.955)
Despesa de equivalência patrimonial	4.3.2	(622.613)	(245.955)
Reversão (constituição) de provisão para perdas em investimentos	4.1 e 4.3.4	1.684	-
De operações financeiras		(85.573)	(64.507)
Encargos financeiros sobre obrigações:			
. Emissão de debêntures		-	(49.728)
Reversão (constituição) de provisão para perdas de crédito	9.2	(85.573)	(14.779)
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(368.813)	(210.337)
Despesas com tributos		(109.662)	(45.752)
Remuneração da diretoria e conselheiros		(250)	(259)
Despesas com pessoal		(152.443)	(108.914)
Reversão (constituição) de provisões trabalhistas e cíveis		(66.557)	(20.600)
Atualização monetária líquida de ativos e passivos - SELIC		(13.815)	(20.573)
Despesas administrativas		(18.489)	(18.813)
Diversas		(7.597)	4.574
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		97.593	7.896.049
Imposto de renda	11.1.1	(555.870)	(1.908.600)
Contribuição social	11.1.1	(200.186)	(688.669)
Tributos diferidos	11.1.2	567.841	546.898
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		(90.622)	5.845.678
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO POR AÇÃO (REAIS / AÇÃO)	14	(91)	5.846

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

Notas Explicativas

Informações Trimestrais em 31 de março de 2020
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

	31/03/2020	31/03/2019
Lucro (prejuízo) líquido do período	(90.622)	5.845.678
Outros resultados abrangentes		
Itens que serão subsequentemente reclassificados para o resultado:	(10.389)	(877.086)
Outros resultados abrangentes de coligadas	(10.389)	(877.086)
Itens que não serão subsequentemente reclassificados para o resultado:	(15.775.852)	6.878.163
Ajuste a valor justo de instrumentos patrimoniais (CPC 48)	(23.685.596)	10.235.876
Efeito fiscal	8.043.077	(3.556.071)
Ganhos ou perdas atuariais do plano de benefício pós-emprego	(122.580)	198.891
Efeito fiscal	(10.753)	(533)
Total de Outros Resultados Abrangentes	(15.786.241)	6.001.077
Resultado Abrangente do período	(15.876.863)	11.846.755

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2020
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Reservas de lucros					Ajustes de avaliação patrimonial		Lucros (prejuízos) acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva estatutária	Reserva para aumento de capital	Dividendos adicionais propostos	Próprios	De coligadas		
Em 1º de janeiro de 2019	60.344.504	290.092	-	17.619	2.187.081	1.929.112	27.903.960	373.635	-	93.046.003
Ajustes de avaliação patrimonial (Nota Explicativa n.º 14)	-	-	-	-	-	-	6.878.163	(877.086)	-	6.001.077
Realização de instrumentos patrimoniais designados (Nota Explicativa n.º 14.4)	-	-	-	-	-	-	(2.765.215)	-	2.765.215	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	5.845.678	5.845.678
Em 31 de março de 2019	60.344.504	290.092	-	17.619	2.187.081	1.929.112	32.016.908	(503.451)	8.610.893	104.892.758
Mutações no período	-	-	-	-	-	-	4.112.948	(877.086)	8.610.893	11.846.755
										-
Em 1º de janeiro de 2020	60.344.504	812.519	268.341	863.113	-	8.517.824	35.284.318	930.799	-	107.021.418
Ajustes de avaliação patrimonial (Nota Explicativa n.º 14)	-	-	-	-	-	-	(15.775.852)	(10.389)	-	(15.786.241)
Realização de instrumentos patrimoniais designados (Nota Explicativa n.º 14.4)	-	-	-	-	-	-	(475.130)	-	475.130	-
Lucro (prejuízo) líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	(90.622)	(90.622)
Em 31 de março de 2020	60.344.504	812.519	268.341	863.113	-	8.517.824	19.033.336	920.410	384.508	91.144.555
Mutações no período	-	-	-	-	-	-	(16.250.982)	(10.389)	384.508	(15.876.863)

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2020
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

	31/03/2020		31/03/2019	
RECEITAS	469.017		11.478.417	
Intermediação financeira	362.947		700.445	
Resultado bruto da realização de instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	676.778		4.303.245	
Outras receitas	(570.708)		6.474.727	
DESPESAS	(101.472)		(141.338)	
Intermediação financeira	-		(49.728)	
Outras despesas	(101.472)		(91.610)	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(99.247)		(30.912)	
Materiais, energia e outros	(2.075)		(1.905)	
Serviços de terceiros	(13.283)		(14.228)	
Reversão (constituição) de provisão para perda de valores ativos	(83.889)		(14.779)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	268.298		11.306.167	
RETENÇÕES	(1.617)		(1.376)	
Depreciação	(1.617)		(1.376)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (RETIDO)/PRODUZIDO PELA ENTIDADE	266.681		11.304.791	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	771.560		1.050.731	
Resultado de equivalência patrimonial	(77.172)		1.040.228	
Dividendos e juros sobre capital próprio	848.732		10.503	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	1.038.241		12.355.522	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	1.038.241	100,0%	12.355.522	100,0%
Pessoal e encargos	135.404	13,0%	96.764	0,8%
- Remuneração direta	85.245		61.592	
- Benefícios	38.026		27.479	
- FGTS	7.125		5.087	
- Outros	5.008		2.606	
Impostos, taxas e contribuições	516.814	49,8%	3.646.563	29,5%
- Federais	514.050		3.644.519	
- Estaduais	3		3	
- Municipais	2.761		2.041	
Aluguéis	1.515	0,1%	1.302	0,0%
Lucros retidos	384.508	37,1%	8.610.893	69,7%

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2020
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	31/03/2020	31/03/2019
Atividades operacionais		
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social e participação no lucro	97.593	7.896.049
Ajustes ao lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	1.282.024	2.012.761
Constituição (reversão) da provisão para perdas de crédito	85.573	14.779
Constituição (reversão) das provisões trabalhistas e cíveis	66.557	20.600
Resultado de participações em coligadas	77.172	(1.040.228)
Juros e atualização monetária e juros das obrigações por emissão de debêntures	-	49.617
Resultado com a realização de instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	475.130	2.765.215
Constituição (reversão) da provisão para perdas de investimentos	(1.684)	-
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	579.276	202.778
Ganho na compra vantajosa de investimentos	-	-
Varição de ativos e obrigações	(152.089)	(2.709.460)
. (Aumento) / redução líquido em créditos por venda a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis	(48.339)	(36.385)
. (Aumento) / redução líquido em títulos e valores mobiliários	719.118	117.213
. (Aumento) / redução líquido nas demais contas do ativo	(563.500)	406.675
. Aumento / (redução) líquido nas demais contas do passivo	(15.456)	1.064.308
. IR e CSSL pagos	(243.912)	(4.261.271)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de operacionais	1.227.528	7.199.350
Atividades de investimentos		
. Venda de investimentos	-	2.062.441
. Recebimento de dividendos e juros sobre o capital social de coligadas	316.033	42.031
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	316.033	2.104.472
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	1.543.561	9.303.822
Modificação na posição financeira		
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do período	31.463.224	22.391.438
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do período	33.006.785	31.695.260
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	1.543.561	9.303.822

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2020
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. A empresa

A BNDESPAR é uma sociedade por ações, com sede em Brasília, Distrito Federal, no Setor Comercial Sul, Centro Empresarial Parque Cidade, Quadra 09, Torre C, 12º andar, constituída em 1974, controlada integral do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Sua ação é pautada nas diretrizes estratégicas formuladas em conjunto com o BNDES e direcionada a apoiar o processo de capitalização e o desenvolvimento de empresas nacionais. Concretiza-se, principalmente, por meio de participações societárias de caráter minoritário e transitório e, ainda, pelo fortalecimento e modernização do mercado de valores mobiliários.

Em 13 de janeiro de 1998, a BNDESPAR obteve junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM o registro de companhia aberta, o que permite à instituição negociar títulos de sua emissão no mercado de balcão organizado.

Informações sobre as formas de atuação da BNDESPAR podem ser verificadas na Nota Explicativa n.º 18 ou por meio do seu site na internet (www.bndes.gov.br).

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As informações trimestrais foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto para determinados ativos e passivos financeiros, que foram mensurados pelo valor justo.

2.1. Aprovação para emissão e moeda funcional e de apresentação

As informações trimestrais da BNDESPAR referentes ao período findo em 31 de março de 2020 foram aprovadas para emissão, pela Diretoria, em 07 de maio de 2020. O Conselho de Administração da BNDESPAR, que possui o poder de alterá-las, manifestou-se posteriormente à emissão das demonstrações financeiras em 13 de maio de 2020.

A moeda funcional e de apresentação da BNDESPAR é o Real (R\$), e as informações são apresentadas em milhares de Reais (R\$ mil), exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Declaração de conformidade e de continuidade

Conformidade

As informações trimestrais foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da Lei das Sociedades por Ações, às normas emanadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e de acordo com as práticas contábeis internacionais (“IFRS”), conforme aprovado pelo “*International Accounting Standard Board*” (“IASB”).

A Administração entende que todas as informações prestadas nessas demonstrações financeiras são relevantes e representam fidedignamente as informações utilizadas na gestão da BNDESPAR.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2020
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Continuidade operacional

As informações trimestrais foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional da BNDESPAR, uma vez que a Administração está convencida de que esta possui recursos e condições para prosseguir no negócio num futuro previsível. Para isso, a Administração considerou uma vasta gama de informações relativas às condições presentes e futuras, incluindo projeções futuras de rentabilidade, fluxos de caixa e recursos de capital.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando num futuro previsível.

2.3. Itens significativos que afetaram as demonstrações financeiras no trimestre corrente

Variações patrimoniais:

Os ativos totais apresentaram queda no trimestre, explicado basicamente pelo decréscimo da carteira de participações societárias a valor justo, destacando-se as desvalorizações de Petrobras, Eletrobras, Vale, Copel e Suzano, em função de queda substancial dos preços das ações devido à guerra de preços do petróleo e à pandemia mundial da COVID-19.

O crescimento das disponibilidades decorreu basicamente do ingresso de recursos oriundos de alienações de ações da Light, Petrobras, Cyrela Realty e MRV, além do recebimento de proventos de ações e de juros de debêntures.

Em relação ao passivo exigível, observou-se redução expressiva no saldo de impostos diferidos passivos pela já citada desvalorização da carteira de ações mensurada a valor justo.

Por fim, a redução do patrimônio líquido reflete principalmente a desvalorização da carteira de participações societárias a valor justo, líquida de tributos e do ajuste de avaliação patrimonial negativo decorrente das obrigações atuariais com o PAS (FAMS) e PBB (FAPES), atenuado pelo lucro líquido (prejuízo) ajustado do trimestre, pelo resultado de alienações de títulos patrimoniais registrado diretamente no patrimônio líquido.

Variações de resultado abrangente:

O lucro líquido ajustado do trimestre apresenta redução ante o mesmo período do ano anterior devido principalmente ao menor resultado com alienações de participações societárias e com equivalência patrimonial e à redução de receitas com remuneração das disponibilidades e com debêntures, compensados parcialmente pelo maior resultado com dividendos e juros sobre capital próprio.

As despesas com pessoal apresentaram aumento em relação ao exercício anterior devido à elevação da participação da BNDESPAR no rateio das despesas administrativas do Sistema BNDES. Tal crescimento, em conjunto com a elevação das despesas tributárias (PIS/COFINS) e com provisões judiciais, explica o crescimento das outras despesas operacionais.

A redução da despesa de IR/CSLL, em relação ao mesmo período do exercício anterior, acompanha o menor resultado com alienações.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2020
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

2.4. Coronavirus (“COVID-19”)

Desde janeiro de 2020, verifica-se a progressão da transmissão do novo coronavírus (Sars-Cov-2) em diversos territórios ao redor do mundo. Em 11 de março, foi decretada a situação de pandemia da doença por ele causada, a COVID-19, pela Organização Mundial de Saúde (OMS). A propagação da COVID-19 tem afetado os negócios e as atividades econômicas em diversos países.

Em 10 de março de 2020, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM emitiu o Ofício-Circular CVM/SNC/SEP/n.º 02/2020 orientado as Companhias e seus Auditores Independentes a considerarem cuidadosamente os impactos do COVID-19 em seus negócios e os riscos e incertezas aos quais as companhias estão expostas.

Há grande incerteza sobre os efeitos da pandemia na economia local e global, inclusive em relação ao tempo necessário para conter o avanço do vírus. As consequências de algumas medidas que estão sendo tomadas, principalmente as relacionadas às restrições de mobilidade impostas, sobretudo, pelos governos estaduais e municipais, podem gerar queda no fluxo de caixa e impactar negativamente as operações das companhias.

Embora a Administração avalie de forma permanente o impacto da COVID-19 nas operações e na posição patrimonial e financeira da BNDESPAR, o rápido desenvolvimento e fluidez da situação impedem, nesse momento, qualquer previsão em relação ao resultado final sobre os negócios e/ou sobre as estimativas contábeis utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras.

Ações do Sistema BNDES

O BNDES vem realizando diversas ações anticíclicas contra efeitos econômicos da COVID-19, como a expansão da linha BNDES Crédito Pequenas Empresas, suspensão temporária de amortizações de empréstimos contratados junto ao BNDES – *standstill*, concessão de apoio emergencial à saúde e o programa *Matchfunding* Salvando Vidas. Adicionalmente, o BNDES operacionalizará os financiamentos do Programa Emergencial de Suporte a Empregos – PESE, conectando Tesouro Nacional e bancos repassadores, sob supervisão do Banco Central, nos termos da MP nº 944 de 03 de abril de 2020.

Ainda na esteira das ações emergenciais anunciadas pelo Governo Federal, cabe destaque para a extinção do Fundo PIS-Pasep, que ocorrerá em 31 de maio de 2020, com a transferência de seu patrimônio para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS. O BNDES é o principal agente responsável pela aplicação dos recursos do Fundo.

As ações emergenciais descritas não produzirão efeitos significativos nas demonstrações financeiras da BNDESPAR.

2.4.1. Avaliações de impacto da COVID-19 na BNDESPAR

Atualmente, a BNDESPAR está exposta a riscos de preços e de taxa de juros, seguidos de cotação de moeda estrangeira. Os valores, por fator de risco, para operações marcadas a mercado no balanço e operações cambiais, apurados utilizando as métricas VaR (*Value at Risk*), Teste de Estresse, análise de sensibilidade e análise de descasamento por fator de risco, estão divulgados na Nota Explicativa n.º 15, Gestão de Riscos.

A Administração da BNDESPAR não vislumbra riscos à continuidade de seus negócios tampouco às estimativas e julgamentos contábeis. Não obstante, seguirá atenta e diligente a toda e qualquer informação ou evento relacionado à COVID-19, de forma a refleti-los e/ou divulgá-los tempestivamente nas demonstrações financeiras, sobretudo acerca de mudanças de avaliação, recuperabilidade de ativos, mensuração do valor justo, passivos atuariais e provisões para perda esperada.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2020
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Em relação ao 1º trimestre de 2020, os principais impactos nas demonstrações financeiras da BNDESPAR relacionados aos efeitos da COVID-19 foram:

Carteira de Ações VJORA

No mês de março de 2020, houve desvalorização da carteira de ações avaliadas ao valor justo, apresentada na Nota Explicativa n.º 4. Participações Societárias, de R\$ 24.249.192 (R\$ 16.004.467, líquido dos efeitos tributários), com contrapartida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido da BNDESPAR.

A despeito do panorama ainda incerto quanto ao desfecho da crise de saúde atual, a BNDESPAR mantém sua solidez financeira e patrimonial para fazer frente a seu papel institucional e contribuir com o fortalecimento das empresas brasileiras. Importante ressaltar que mesmo em contexto mais agravado do mercado de capitais, a carteira de participações societárias a valor justo ainda apresentava avaliação patrimonial acumulada positiva de R\$10,5 bilhões ao final de março de 2020.

Obrigações de Benefícios a Empregados

Aumento no trimestre de R\$ 129.985 nos Passivos Atuariais dos planos de aposentadoria complementar (PBB) e de assistência médica (PAS), apresentado na Nota Explicativa n.º 13, Obrigações de Benefícios a Empregados, devido à redução no valor justo dos ativos do PBB de R\$ 263.070, principalmente fundos de investimentos em multimercado e ações, atenuado pela redução do valor presente da obrigação atuarial em R\$ 133.085 (R\$ 103.610 referente ao PBB e R\$ 29.475 referente ao PAS), devido basicamente ao aumento da taxa de desconto atuarial.

Os reflexos da pandemia sobre os custos da assistência médica (PAS), cujas informações do trimestre são apresentadas na Nota Explicativa n.º 13, Obrigações de Benefícios a Empregados, ainda são incertos. No curto prazo, os custos decorrentes de internações de pacientes acometidos pela COVID-19 devem ser compensados pelo adiamento de procedimentos e cirurgias eletivas. No entanto, trata-se de uma doença ainda não plenamente conhecida, de modo que novos tratamentos e vacinas podem surgir e mudar a evolução dos custos.

2.5. Critérios de relevância da Administração

As notas explicativas incluem informações necessárias para o entendimento das informações trimestrais da BNDESPAR, além de relevantes e materiais para as suas operações, sua posição financeira e seu desempenho.

As informações são consideradas materiais e relevantes se, por exemplo:

- O montante é significativo devido a sua dimensão ou natureza, quando comparado ao conjunto das demonstrações financeiras;
- É importante para a compreensão dos resultados da BNDESPAR; ou
- Contribui para explicar o impacto de alterações significativas nos negócios da BNDESPAR.

2.6. Critérios para apresentação das Notas Explicativas

As notas explicativas da BNDESPAR, seguindo as recomendações internacionais do *Framework* do Relato Integrado, bem como orientações do CPC e do Comitê de Orientação para Divulgação de Informações ao Mercado (CODIM) estão apresentadas de forma concisa, observando parâmetros de materialidade e a relevância dos assuntos tratados.

Informações sobre práticas contábeis e estimativas gerais significativas podem ser encontradas na Nota Explicativa n.º 19 deste relatório.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2020
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

3. DIVULGAÇÕES DE ATIVOS FINANCEIROS

3.1. Classificação por categoria

A política contábil de classificação e mensuração dos ativos financeiros está apresentada na Nota Explicativa n.º 19.4.1.

	31/03/2020			
	Avaliados ao valor justo		Avaliadas ao custo amortizado	Saldo contábil
	por meio de resultado	por meio de outros resultados abrangentes	Custo amortizado	
Aplicações em operações compromissadas	11.983.235	-	21.023.550	33.006.785
Títulos e valores mobiliários				
Debêntures	2.083.841	-	2.657.793	4.741.634
Ações	-	46.211.354	-	46.211.354
Cotas de fundos de investimento	212.756	1.907.357	-	2.120.113
Instrumentos financeiros derivativos	12.545	-	-	12.545
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	-	-	972.432	972.432
Direitos recebíveis	-	-	172.342	172.342
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	-	-	944.785	944.785
Devedores por depósitos em garantia	-	-	734.455	734.455
Total	14.292.377	48.118.711	26.505.357	88.916.445
Circulante	13.278.923	2.092.440	23.220.877	38.592.240
Não circulante	1.013.454	46.026.271	3.284.480	50.324.205

	31/12/2019			
	Avaliados ao valor justo		Avaliadas ao custo amortizado	Saldo contábil
	por meio de resultado	por meio de outros resultados abrangentes	Custo amortizado	
Aplicações em operações compromissadas	5.405.630	-	26.057.594	31.463.224
Títulos e valores mobiliários				
Debêntures	2.755.394	-	2.684.920	5.440.314
Ações	-	70.827.744	-	70.827.744
Cotas de fundos de investimento	217.800	2.241.661	-	2.459.461
Instrumentos financeiros derivativos	18.896	-	-	18.896
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	-	-	949.204	949.204
Direitos recebíveis	-	-	232.804	232.804
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	-	-	410.969	410.969
Devedores por depósitos em garantia	-	-	732.931	732.931
Total	8.397.720	73.069.405	31.068.422	112.535.547
Circulante	6.795.808	5.300.432	27.783.292	39.879.532
Não circulante	1.601.912	67.768.973	3.285.130	72.656.015

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2020
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

3.2. Ativos financeiros mensurados ao valor justo, por nível de hierarquia

Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros, a BNDESPAR leva em consideração o nível de hierarquia destes ativos, conforme prática contábil descrita na Nota Explicativa n.º 19.4.1.3.

	31/03/2020			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Operações compromissadas – valor justo por meio do resultado ⁽¹⁾	-	11.983.235	-	11.983.235
Ações – valor justo por meio de outros resultados abrangentes	44.652.404	956.463	602.487	46.211.354
Debêntures – valor justo por meio do resultado	163.956	-	1.919.885	2.083.841
Cotas de fundos de investimento – valor justo por meio do resultado	17.437	-	195.319	212.756
Cotas de fundos de investimento – valor justo por meio de outros resultados abrangentes ⁽²⁾	252.273	-	1.655.084	1.907.357
Instrumentos financeiros derivativos – valor justo por meio do resultado	-	-	12.545	12.545
Total	45.086.070	12.939.698	4.385.320	62.411.088

	31/12/2019			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Operações compromissadas – valor justo por meio do resultado ⁽¹⁾	-	5.405.630	-	5.405.630
Ações – valor justo por meio de outros resultados abrangentes	69.298.124	956.463	573.157	70.827.744
Debêntures – valor justo por meio do resultado	238.854	-	2.516.540	2.755.394
Cotas de fundos de investimento – valor justo por meio do resultado	22.565	-	195.235	217.800
Cotas de fundos de investimento – valor justo por meio de outros resultados abrangentes ⁽²⁾	-	-	2.241.661	2.241.661
Instrumentos financeiros derivativos – valor justo por meio do resultado	-	-	18.896	18.896
Total	69.559.543	6.362.093	5.545.489	81.467.125

⁽¹⁾ O total das operações compromissadas mensuradas ao custo amortizado em 31 de março de 2020 era de R\$21.023.550 (R\$24.732.930 em 31 de março de 2019).

⁽²⁾ O total das cotas de fundos de investimento apresentadas no Nível 3 de hierarquia de valor justo inclui R\$ 68.648 em 31 de março de 2020 (R\$ 67.970 em 31 de dezembro de 2019) de ativos mensuradas ao custo de aquisição acrescidos das mutações patrimoniais.

A movimentação do saldo das ações, debêntures e cotas de fundos de investimento classificados no nível 3 da hierarquia de valor justo estão apresentadas nas Notas Explicativas n.º 4.2.1, n.º 5.2 e n.º 6.1, respectivamente.

3.3. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Como não existe mercado secundário para os ativos mensurados ao custo amortizado, o seu valor justo é igual ao valor contábil.

	31/03/2020		31/12/2019	
	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
Aplicações em operações compromissadas	21.023.550	21.023.550	26.057.594	26.057.594
Títulos e valores mobiliários				
Debêntures (avaliadas ao custo amortizado) ⁽¹⁾	2.657.793	2.657.793	2.684.920	2.684.920
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários ⁽¹⁾	972.432	972.432	949.204	949.204
Direitos recebíveis ⁽¹⁾	172.342	172.342	232.804	232.804
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	944.785	944.785	410.969	410.969
Devedores por depósitos em garantia	734.455	734.455	732.931	732.931
Total	26.505.357	26.505.357	31.068.422	31.068.422

⁽¹⁾ Valores líquidos da provisão para perdas de crédito.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2020
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

3.4. Derivativos

A BNDESPAR é signatária de contratos de opções estruturadas nas operações de investimentos em renda variável, conforme demonstrado a seguir. De acordo com o determinado pelas normas contábeis, estes ativos são avaliados a valor justo, com contrapartida no próprio resultado do período em que o ganho ou a perda vierem a ocorrer.

Derivativos	Metodologia de precificação	Vencimento	31/03/2020	31/12/2019
Bônus de subscrição de ações (ativo)	Black-Scholes / Árvore Binomial / Valuation da Ação	abr/20 a out/25	12.545	18.896
			12.545	18.896
Circulante			9.345	9.345
Não circulante			3.200	9.551

4. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

A principal atividade da BNDESPAR é o apoio de longo prazo, em sintonia com as políticas operacionais do BNDES, via participação societária. O tratamento contábil das participações societárias da BNDESPAR está disposto na Nota Explicativa n.º 19.6.

A participação em empresas avaliadas ao valor justo está apresentada no subgrupo “Títulos e Valores Mobiliários”, na rubrica “Ações e certificados de depósitos de ações”, na categoria “Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (“VJORA”)” e a participação societária em empresas coligadas está apresentada no subgrupo “Investimentos”, na rubrica “Participações em coligadas”.

A fim de demonstrar esses ativos sob a mesma ótica com que são administrados, os itens a seguir apresentam a composição desses investimentos como uma carteira de participações societárias.

4.1. Composição dos saldos

Balanco patrimonial	31/03/2020	31/12/2019
Títulos e Valores Mobiliários – Ações VJORA – Ativo Circulante	2.092.440	5.082.632
Títulos e Valores Mobiliários – Ações VJORA – Ativo Não Circulante	44.118.914	65.745.112
Investimentos – Participações em Coligadas	8.688.002	9.089.911
Total da carteira de participações societárias	54.899.356	79.917.655

Reversão de provisão para redução ao valor recuperável de investimentos em ações - DRE	31/03/2020	31/03/2019
Coligadas, nota explicativa n.º 4.3.2 e 4.3.4	1.684	-
Total	1.684	-

Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	31/03/2020	31/12/2019
Ações VJORA		
Dividendos	50.270	58.285
Juros sobre o capital próprio	577.486	349.642
Coligadas		
Dividendos	314.443	-
Juros sobre o capital próprio	2.586	3.042
Total	944.785	410.969

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2020
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

4.2. Títulos e Valores Mobiliários – Ações e certificados de depósito de ações

Abaixo segue a composição da carteira de ações e certificados de depósito de ações classificados na categoria “valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)”, contendo a abertura das principais participações em empresas listadas em bolsa, as quais representam cerca de 97% do total da carteira classificada nesta categoria.

Empresas Investidas	Quantidade (mil) de ações possuídas em 31/03/2020		% de participação no capital total em 31/03/2020	31/03/2020	31/12/2019
	Ordinárias	Preferenciais			
NÍVEL 1					
VALE	323.496	-	6,12	14.049.443	17.297.346
PETROBRAS	11.700	900.210	6,99	12.796.216	27.836.194
SUZANO	150.217	-	11,04	5.422.849	6.017.710
ELETROBRAS	141.758	18.691	10,23	3.920.592	6.057.153
COPEL	38.298	27.282	23,96	3.710.003	4.505.735
AES TIETÉ ENERGIA - UNITS	113.392	453.554	28,41	1.495.606	1.808.562
KLABIN - UNITS	56.260	225.040	5,20	924.349	1.040.807
CEMIG	54.343	26.221	5,52	741.302	1.201.486
EMBRAER	39.762	-	5,37	382.515	783.719
ENGIE BRASIL ENERGIA	7.781	-	0,95	307.133	396.776
GERDAU	-	24.926	1,45	255.738	497.768
COPASA	4.387	-	3,46	183.795	298.151
OURO FINO SAÚDE ANIMAL	6.614	-	12,26	158.735	283.871
LIGHT (1)	-	-	-	-	431.452
Subtotal Nível 1				44.348.276	68.456.730
Outras empresas - Nível 1				304.128	841.394
Total Nível 1				44.652.404	69.298.124
NÍVEL 2				956.463	956.463
NÍVEL 3				602.487	573.157
TOTAL				46.211.354	70.827.744

(1) Ações alienadas durante o trimestre findo em 31 de março de 2020.

Para detalhes da classificação da carteira em níveis, vide Nota Explicativa n.º 19.4.1.3.

4.2.1. Movimentações entre níveis

Durante os trimestres findos em 31 de março de 2020 e 31 de março de 2019 a BNDESPAR não efetuou reclassificação de valores entres os Níveis 1 e 2.

A movimentação do saldo do investimento em ações avaliadas ao valor justo classificadas no Nível 3 é apresentada a seguir:

	31/03/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício	573.157	553.809
Aquisições	31.562	-
Venda	-	(2.060)
Ajuste ao valor justo	(2.232)	21.408
Saldo no final do período	602.487	573.157

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2020
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

4.2.2. Outros resultados com investimentos em ações ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Além de ganhos econômicos com a valorização de mercado das ações VJORA, a BNDESPAR apura ganhos com esses ativos quando (i) aliena tais ações; e (ii) é remunerada na qualidade de acionista na forma de dividendos e/ou juros sobre capital próprio.

No trimestre findo em 31 de março de 2020 a BNDESPAR apurou ganho com alienações de ações classificadas em VJORA no valor de R\$ 548.972, que líquido de efeitos tributários totaliza R\$ 347.324 (R\$ 4.303.245 no trimestre findo em 31 março de 2019, sendo R\$ 2.765.215 líquido de efeitos tributários).

O ganho com alienações de ações VJORA líquido dos efeitos tributários foi transferido de “Ajustes de avaliação patrimonial – Próprio” para Lucros (prejuízos) Acumulados, conforme Nota Explicativa n.º 14.2.

Apresentamos a seguir as receitas com Dividendos e Juros sobre o capital próprio nos trimestres findos em 31 de março de 2020 e 31 de março de 2019, com a abertura dos valores mais relevantes destinados por empresas listadas em bolsa.

	31/03/2020			31/03/2019		
	Dividendos	JSCP	Total	Dividendos	JSCP	Total
VALE	-	457.542	457.542	-	-	-
PETROBRÁS	-	380.391	380.391	-	-	-
COPASA	-	4.511	4.511	-	1.839	1.839
ROCHA	1.250	-	1.250	3.571	-	3.571
KLABIN	1.228	-	1.228	1.069	-	1.069
GUERDAU	748	-	748	2.493	-	2.493
ENERGISA	505	-	505	1.263	-	1.263
Subtotal	3.731	842.444	846.175	8.396	1.839	10.235
Outras Empresas	2.156	401	2.557	233	35	268
Total	5.887	842.845	848.732	8.629	1.874	10.503

4.3. Investimentos – Participações em Coligadas

O quadro a seguir apresenta informações detalhadas das participações relevantes, as quais representam cerca de 85% do saldo de investimentos em coligadas em 31 de março 2020:

Coligadas ⁽²⁾	Investimentos							Total	Total	Natureza das atividades do negócio da coligada	
	31/03/2020 ⁽¹⁾										31/12/2019 ⁽¹⁾
	Quantidade (mil) de ações possuídas	% de participação sobre o capital ⁽³⁾		Valor patrimonial do investimento	Ágio expectativa de rentabilidade futura	Provisão para perdas	Total				
Ordinárias	Total	Votante									
JBS	581.661	21,83%	21,83%	6.235.013	479.821	-	6.714.834	7.181.075	Setor de alimentos		
Tupy	40.645	28,19%	28,19%	688.821	-	-	688.821	655.312	Setor de metalurgia e siderurgia		
Subtotal				6.923.834	479.821	-	7.403.655	7.836.387			
Outros				1.208.822	824.226	(748.701)	1.284.347	1.253.524			
Total				8.132.656	1.304.047	(748.701)	8.688.002	9.089.911			

(1) A data-base do patrimônio líquido das investidas utilizada para o cálculo da última equivalência patrimonial é 31/01/2020. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a data-base foi 31/10/2019, exceto para a JBS onde foi utilizado o patrimônio na data-base de 30/09/2019 (informação mais recente divulgada no mercado pela coligada quando da preparação daquelas demonstrações financeiras).

(2) Empresas com sede no Brasil.

(3) % de participação sobre o capital – ajustado pelas ações em tesouraria das respectivas empresas, quando aplicável.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2020
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

JBS

A) Estruturação de oferta pública secundária de ações

Conforme divulgado pela JBS em Fato Relevante de 19 de novembro de 2019, a BNDESPAR comunicou, naquela data, sua intenção de alienar ações de emissão da JBS de sua titularidade, potencialmente por meio de oferta pública de distribuição secundária de ações. Na ocasião, a BNDESPAR informou ainda que iniciou estudos para detalhar as possíveis estruturas e características da Operação, inclusive no que se refere à definição do seu cronograma e volume da transação.

Em 31 de março de 2020 a operação ainda está sob análise, considerando especialmente as condições de mercado deterioradas provocadas pela pandemia da Covid-19.

B) Expiração do Acordo de Acionistas

Em 31 de dezembro de 2019 expirou o prazo de vigência do Acordo de Acionistas firmado pela BNDESPAR e pela J&F Participações S.A., acionista controlador da JBS. A Administração julga que, mesmo na ausência do Acordo de Acionistas, continua exercendo influência significativa na JBS dado sua participação relevante no capital social da coligada que lhe permite influenciar mediante votos nas Assembleias, incluindo a possibilidade de eleger membros para o Conselho de Administração e para o Conselho Fiscal.

4.3.1. Base para Equivalência Patrimonial – Participações em Coligadas

As demonstrações financeiras das coligadas utilizadas para o cálculo da equivalência patrimonial, quando necessário, são ajustadas para refletir: (i) os efeitos decorrentes de eventos relevantes subsequentes à data-base; (ii) os efeitos de uniformização de práticas contábeis; e (iii) os ajustes ao valor justo de ativos e passivos identificados por ocasião da aquisição da participação pela BNDESPAR.

As informações financeiras das investidas, apresentadas no quadro a seguir, já contemplam esses efeitos.

Coligadas	31/01/2020 ⁽¹⁾					Receitas	01/11/2019 a 31/01/2020 ⁽¹⁾			31/03/2020
	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido		Lucros (prejuízos) de operações em continuidade	Outros resultados abrangentes	Resultado abrangente total	
JBS	8.845.421	55.394.252	6.941.490	28.730.748	28.567.435	15.809.055	1.369.500	(164.098)	1.205.402	12.081.101
Tupy	1.170.355	3.363.997	445.903	1.645.059	2.443.390	719.756	67.324	50.659	117.983	534.487
Subtotal	10.015.776	58.758.249	7.387.393	30.375.807	31.010.825	16.528.811	1.436.824	(113.439)	1.323.385	
Outras coligadas	2.196.276	5.552.933	1.817.995	1.820.772	4.110.442	679.888	64.032	54.045	118.077	
Total	12.212.052	64.311.182	9.205.388	32.196.579	35.121.267	17.208.699	1.500.856	(59.394)	1.441.462	

⁽¹⁾ Data-base do patrimônio líquido das investidas utilizada para o cálculo da última equivalência patrimonial.

⁽²⁾ Valor de mercado da participação em coligadas com ações listadas, apurado com base no preço médio do último pregão em que a ação foi negociada, no mês de referência.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2020
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

4.3.2. Movimentação dos investimentos em coligadas

Os quadros abaixo mostram, por coligada, as principais movimentações ocorridas na carteira da BNDESPAR para os trimestres findos em 31 de março de 2020 e de 2019.

Coligadas	Saldo em 01/01/2020	Dividendos / JSCP reconhecidos	Resultado de equivalência patrimonial	Outros resultados de equivalência patrimonial ⁽¹⁾	Ajustes de avaliação patrimonial reflexo de coligadas	Reversão (constituição) de provisão p/ redução ao valor recuperável	Efeitos transferência de/(para) TVM	Alienação	Saldo em 31/03/2020
JBS ⁽²⁾	7.181.075	(314.443)	(115.983)	-	(35.815)	-	-	-	6.714.834
Tupy	655.312	-	19.228	-	14.281	-	-	-	688.821
Subtotal	7.836.387	(314.443)	(96.755)	-	(21.534)	-	-	-	7.403.655
Outras coligadas	1.253.524	(1.590)	26.309	(6.726)	11.146	1.684	-	-	1.284.347
Total	9.089.911	(316.033)	(70.446)	(6.726)	(10.388)	1.684	-	-	8.688.002

Coligadas e Ativos Mantidos para Venda	Saldo em 01/01/2019	Dividendos / JSCP reconhecidos	Resultado de equivalência patrimonial	Outros resultados de equivalência patrimonial ⁽¹⁾	Ajustes de avaliação patrimonial reflexo de coligadas ⁽²⁾	Reversão (constituição) de provisão p/ redução ao valor recuperável	Efeitos transferência de/(para) TVM e Outros Créditos	Alienação ⁽²⁾	Saldo em 31/03/2019
JBS ⁽⁴⁾	6.275.824	(1.306)	268.421	(351)	(226.803)	-	-	-	6.315.785
Marfrig	609.094	-	765.033	(5.349)	(765.638)	-	-	-	603.140
Tupy	602.386	(38.763)	13.808	17	(4.996)	-	-	-	572.452
Granbio	557.149	-	(3.060)	-	(1.118)	-	-	-	552.971
Fibra ⁽³⁾	4.102.877	-	-	-	-	-	(2.051.439)	(2.051.438)	-
Subtotal	12.147.330	(40.069)	1.044.202	(5.683)	(998.555)	-	(2.051.439)	(2.051.438)	8.044.348
Outras coligadas	1.076.989	(1.962)	5.879	(4.170)	(671)	-	-	(11.002)	1.065.063
Total	13.224.319	(42.031)	1.050.081	(9.853)	(999.226)	-	(2.051.439)	(2.062.440)	9.109.411
Coligadas	9.121.442	-	-	-	-	-	-	-	9.109.411
Ativos Mantidos para Venda	4.102.877	-	-	-	-	-	-	-	-

⁽¹⁾ Inclui os efeitos de mudança relativa do percentual de participação das coligadas e da amortização da Mais e Menos Valia de ativos e passivos apurados na aquisição de participação societária.

⁽²⁾ O resultado de equivalência patrimonial da JBS inclui a movimentação da reserva de capital reconhecida pela coligada em decorrência de transações de capital. Adicionalmente, no trimestre findo em 31 de março de 2020 inclui o efeito devedor da adoção pela coligada do ICPC22 - Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre o Lucro no montante de R\$ 414.606.

⁽³⁾ Em dezembro de 2019 a BNDESPAR vendeu a totalidade de sua participação na Marfrig, apurando lucro de R\$ 307.582 na operação.

⁽⁴⁾ Em 14 de janeiro de 2019 foi consumada a operação de reorganização societária que combinou as operações e bases acionárias da Fibria e da Suzano Papel e Celulose S.A., e culminou com a perda da participação da BNDESPAR na Fibria. Em 01 de janeiro de 2019, em atendimento ao CPC 31 ("Ativo não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada"), o investimento na Fibria foi apresentado no grupo "Ativos Mantidos para Venda".

4.3.3. Perdas não reconhecidas nos investimentos em coligadas

Quando a participação da BNDESPAR nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer ativos de longo prazo, que na essência constituam parte do investimento na coligada ("investimento líquido"), a BNDESPAR não reconhece perdas adicionais, a menos que possua obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) de fazer pagamentos por conta da coligada, o que não ocorre atualmente. Adicionalmente, a BNDESPAR não possui obrigação relacionada a eventuais passivos contingentes de suas coligadas, seja em sua totalidade ou compartilhados com outros investidores.

	31/03/2020	31/03/2019
Passivo a descoberto nas coligadas - % BNDESPAR ⁽¹⁾	263.587	259.487
Perdas não reconhecidas no resultado ⁽¹⁾	4.935	-

⁽¹⁾ Apurado por coligadas cuja participação da BNDESPAR não é relevante, apresentadas no grupo de "Outras" dos quadros anteriores.

4.3.4. Análise do valor recuperável de investimentos em coligadas

Em 31 de março de 2020 a BNDESPAR efetuou análise da necessidade de reconhecimento de provisão para perda por redução ao valor recuperável de investimentos em coligadas, em conformidade com o CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, tendo identificado a necessidade de reversão de provisão no montante de R\$1.684. A mesma análise efetuada em 31 de março de 2019 não indicou a necessidade de constituição ou reversão de provisão para redução ao valor recuperável.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2020
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

5. DEBÊNTURES

O tratamento contábil das debêntures da BNDESPAR está disposto na Nota Explicativa n.º 19.4.1.

A tabela a seguir demonstra os saldos brutos das debêntures por categoria e vencimento:

	31/03/2020		
	Avaliadas ao valor justo por meio do resultado	Avaliadas ao custo amortizado	Saldo contábil
A vencer:			
2020	1.073.587	233.204	1.306.791
2021	446.644	258.877	705.521
2022	451.130	623.885	1.075.015
2023	-	-	-
2024	-	176.120	176.120
Após 2024	112.480	1.386.452	1.498.932
Total	2.083.841	2.678.538	4.762.379
(-) Provisão para perdas de crédito	-	(20.745)	(20.745)
Circulante	1.073.587	233.911	1.307.498
Não circulante	1.010.254	2.423.882	3.434.136

	31/12/2019		
	Avaliadas ao valor justo por meio do resultado	Avaliadas ao custo amortizado	Saldo contábil
A vencer:			
2020	1.380.833	234.595	1.615.428
2021	630.680	268.080	898.760
2022	638.581	646.637	1.285.218
2023	-	-	-
2024	-	169.974	169.974
Após 2024	105.300	1.376.115	1.481.415
Total	2.755.394	2.695.401	5.450.795
(-) Provisão para perdas de crédito	-	(10.481)	(10.481)
Circulante	1.380.833	232.650	1.613.483
Não circulante	1.374.561	2.452.270	3.826.831

5.1. Debêntures de renda variável (híbridas) de emissão pública e privada

Em razão da execução do objetivo social da BNDESPAR, são estruturadas operações de investimentos em participações societárias que resultam na geração de derivativos embutidos em determinados contratos de debêntures.

Esses derivativos não têm finalidade de proteção patrimonial (*hedge*) e nem são instrumentos financeiros derivativos especulativos, constituindo-se de opções de conversão ou permuta daquelas debêntures em ações, não oferecendo nenhum risco de perda por alavancagem à BNDESPAR. O quadro a seguir apresenta o detalhamento das debêntures mensuradas ao valor justo.

	31/03/2020	31/12/2019
Debêntures mensuradas ao valor justo através do resultado		
Conversíveis / permutáveis em ações listadas em bolsa	1.919.885	2.516.540
Conversíveis / permutáveis em ações não listadas em bolsa	163.956	238.854
Total	2.083.841	2.755.394
Circulante	1.073.587	1.380.833
Não circulante	1.010.254	1.374.561

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2020
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

5.2. Movimentação do saldo de debêntures mensuradas ao valor justo classificadas no nível 3 da hierarquia de valor justo:

	31/03/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício	2.516.540	11.126
Reclassificações de níveis	-	2.484.742
Ganhos e (perdas) reconhecidos:		
No resultado do período	(596.655)	20.672
Saldo no final do período	1.919.885	2.516.540

6. COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO

Estas aplicações são administradas por instituições financeiras privadas. As cotas destes fundos são avaliadas pelos valores divulgados pelos respectivos administradores na data-base das demonstrações financeiras.

Para maiores informações sobre o tratamento contábil das cotas de fundos de investimento da BNDESPAR vide Nota Explicativa n.º 19.4.1.

Fundo	Administrador	31/03/2020	31/12/2019
- Bozano Educacional II FIP	BRL Trust Investimentos Ltda.	252.273	423.734
- Pátria Infraestrutura III FI FIP	Pátria Infraestrutura Gestão de Recursos Ltda.	200.668	255.737
- Brasil Energia FIP	Banco Bradesco S.A	180.679	213.046
- VINCI Energia Sustentável FIDC	BRL Trust Investimentos Ltda.	174.151	178.557
- Fundo Ag Angra Infra-Estrutura FIP	BEM – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	153.412	144.426
- Brasil Sustentabilidade FIP	BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	125.098	125.999
- Fundo BBI Financeiro I FMIEE	FinHealth Gestão de Recursos S.A	107.753	105.459
- Capital Tech II FIP	BRL Trust Investimentos Ltda.	90.710	91.151
- Brasil Agronegócio FIP	BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	87.463	94.824
- FMIEE Criatec	Intrader Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	86.592	88.160
- Fundo de Investimento em Participações AVANTI	BRL Trust Investimentos Ltda.	76.803	74.958
- Performa Key De Inovação em Meio Ambiente FIP	Lions Trust Administradora de Recursos Ltda.	70.246	107.534
Subtotal		1.605.848	1.903.585
Outros		514.265	555.876
Total		2.120.113	2.459.461
Circulante		212.756	217.800
Não circulante		1.907.357	2.241.661

6.1. Movimentação do saldo de cotas de fundos de investimentos classificadas no nível 3 da hierarquia de valor justo:

	31/03/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício	2.436.896	1.727.441
Reclassificação para Nível I	(423.734)	-
Aquisição de cotas	30.150	293.195
Amortização	(222.351)	(51.012)
Ganhos e perdas reconhecidas:		
No resultado do período	29.442	467.272
Em outros resultados abrangentes	(5.226)	7.691
Saldo no final do período	1.850.403	2.436.896

A movimentação dos fundos de investimento classificados no Nível 3 de hierarquia de valor justo inclui os fundos mensurados ao custo de aquisição acrescidos das mutações patrimoniais, cujo saldo em 31 de março de 2020 era R\$ 68.648 (R\$ 67.970 em 31 de dezembro de 2019).

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2020
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

7. VENDA A PRAZO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E DIREITOS RECEBÍVEIS

O tratamento contábil de vendas a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis está disposto na Nota Explicativa n.º 19.4.1.

As informações das operações de venda a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis estão assim sumarizadas:

	31/03/2020	31/12/2019
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	1.071.837	1.033.791
Provisão para perdas de crédito	(99.405)	(84.587)
	972.432	949.204
Direitos recebíveis	859.595	859.566
Provisão para perdas de crédito	(687.253)	(626.762)
	172.342	232.804
Total	1.144.774	1.182.008
Circulante	1.014.413	1.077.925
Não circulante	130.361	104.083

A tabela a seguir demonstra os saldos brutos destas operações por vencimento:

31/03/2020		31/12/2019	
Vencido	1.739.119	Vencido	1.737.182
A vencer:		A vencer:	
2020	46.891	2020	41.891
2021	19.550	2021	16.102
2022	17.439	2022	13.993
2023	15.645	2023	12.193
2024	15.666	2024	12.214
Após 2024	77.122	Após 2024	59.782
Total	1.931.432	Total	1.893.357

8. OUTROS CRÉDITOS

8.1. Devedores por depósitos em garantia

Refere-se principalmente a processos administrativos instaurados pela Receita Federal, nos quais a BNDESPAR é parte, e que questionam, em sua maioria, a exclusão de receitas originadas na alienação de participações societárias (ações) das bases de cálculo de PIS e COFINS, ocorridas em 2005. Em todos os casos foram apresentadas impugnações ainda pendentes de julgamento definitivo.

Esses processos se encontram com probabilidade de perda classificada como possível. Não obstante terem sido integralmente depositados, seus valores atualizados pela SELIC totalizam R\$ 730.237 em 31 de março de 2020 (R\$ 728.777 em 31 de dezembro de 2019).

Ressalte-se, ainda, que o saldo total de devedores por depósitos em garantia, que contempla os valores supramencionados, em 31 de março de 2020 é de R\$ 734.455 (R\$ 732.931 em 31 de dezembro de 2019).

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2020
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

8.2. Cessão de direito de capitalização

Refere-se principalmente ao direito de capitalização de duas reestruturações societárias promovidas pelo grupo econômico ao qual a coligada Brasiliana Participações pertence, que, entre outras etapas, incluíram a redução de capital da coligada com a entrega aos acionistas, na proporção de sua participação, do direito de capitalizar o saldo da Reserva Especial de Ágio reconhecida no balanço da coligada. Em 31 de março de 2020 a BNDESPAR possui a receber R\$ 430.428 (R\$ 430.503 em 31 de dezembro de 2019) decorrentes desse direito.

Em ambas as reestruturações, a BNDESPAR cedeu o seu Direito ao acionista controlador da Brasiliana, AES Holdings Brasil Ltda (“AES Brasil”). Em contrapartida a Cessão de Direito de Capitalização, a AES Brasil deverá repassar a BNDESPAR, na proporção da participação desta: (i) o montante em dinheiro recebido dos acionistas minoritários que exercerem seu direito de preferência nos aumentos de capital; e (ii) as ações emitidas por AES Tietê e Eletropaulo que não forem adquiridas pelos acionistas minoritários quando do aumento de capital. A expectativa de realização desses direitos é até 2028.

O saldo total de cessão de direito de capitalização, que contempla os valores supramencionados, em 31 de março de 2020 é de R\$ 430.981 (R\$ 431.056 em 31 de dezembro de 2019).

8.3. Diversos

	31/03/2020	31/12/2019
Outros Créditos		
Operações a liquidar	128.354	31.026
Pagamentos a ressarcir	629	617
Diversos	1.014	4.544
Total	129.997	36.187
Circulante	129.010	35.246
Não circulante	987	941

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2020
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

9. MOVIMENTAÇÃO E EFEITOS NO RESULTADO DE PROVISÃO PARA PERDAS DE CRÉDITO

Para detalhes sobre a política contábil de mensuração da provisão para perdas de crédito de ativos financeiros, vide Nota Explicativa n.º 19.5.

9.1. Movimentação da provisão para perdas de crédito

	31/03/2020			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
DEBÊNTURES				
Saldo no início do exercício	9.973	508	-	10.481
Constituição / (reversão) líquida	9.807	457	-	10.264
Saldo no final do período	19.780	965	-	20.745
VENDA A PRAZO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS				
Saldo no início do exercício	328	-	84.259	84.587
Constituição / (reversão) líquida	598	-	14.220	14.818
Saldo no final do período	926	-	98.479	99.405
DIREITOS RECEBÍVEIS				
Saldo no início do exercício	-	-	626.762	626.762
Constituição / (reversão) líquida	-	-	60.491	60.491
Saldo no final do período	-	-	687.253	687.253

	31/12/2019			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
DEBÊNTURES				
Saldo no início do exercício	8.848	1.440	-	10.288
Constituição / (reversão) líquida	871	29	-	900
Transferência entre Estágios	254	(961)	-	(707)
Saldo no final do exercício	9.973	508	-	10.481
VENDA A PRAZO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS				
Saldo no início do exercício	470	-	243.193	243.663
Constituição / (reversão) líquida	(142)	-	(158.934)	(159.076)
Saldo no final do exercício	328	-	84.259	84.587
DIREITOS RECEBÍVEIS				
Saldo no início do exercício	-	-	180.418	180.418
Constituição / (reversão) líquida	-	-	446.344	446.344
Saldo no final do exercício	-	-	626.762	626.762

9.2. Resultado de provisão para perdas de crédito

	31/03/2020	31/03/2019
Reversão / (constituição) líquida:		
Debêntures	(10.264)	(2.795)
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	(14.818)	(13.891)
Direitos recebíveis	(60.491)	1.908
Recuperação de valores anteriormente baixados	-	(1)
Receita (despesa) líquida apropriada	(85.573)	(14.779)

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2020
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

10. PASSIVOS FINANCEIROS

O tratamento contábil dos passivos financeiros da BNDESPAR está disponível na Nota Explicativa n.º 19.4.2.

10.1. Valor justo dos passivos financeiros

	31/03/2020		31/12/2019	
	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
Dividendos a pagar	2.506.713	2.506.713	2.481.526	2.481.526

11. OUTROS PASSIVOS

11.1. Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CSLL)

Tributos incidentes e suas respectivas alíquotas aplicáveis

Os tributos são apurados com base na legislação tributária em vigor. A BNDESPAR está sujeita às alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda – IRPJ (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	9%
Contribuição para o PIS/PASEP ¹	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS ⁽¹⁾	7,6%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5%

⁽¹⁾ Para as receitas financeiras e as decorrentes de alienação de participação societária a alíquota do PIS/PASEP é de 0,65%, e da COFINS é de 4%.

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, em Outros Resultados Abrangentes (ORA), e são calculados utilizando as alíquotas determinadas com base na legislação tributária em vigor, ou substancialmente em vigor, na data de encerramento do exercício.

Detalhes sobre os aspectos tributários a que a BNDESPAR está sujeita encontram-se na Nota Explicativa n.º 19.10.

11.1.1. Demonstração da Despesa de IR e CSLL

A reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, apurados conforme alíquotas nominais e os valores registrados estão evidenciados a seguir:

	31/03/2020	31/03/2019
Resultado antes da tributação sobre o lucro	97.593	7.896.049
Encargo (crédito) total de imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%	(33.182)	(2.684.657)
Ajustes		
Equivalência Patrimonial	(30.497)	357.079
Dividendos de investimentos avaliados a custo ou valor justo	2.002	2.934
Varição no reconhecimento de créditos tributários diferidos ⁽¹⁾	(81.288)	284.748
Outros ⁽²⁾	(45.250)	(10.475)
Despesas de imposto de renda e contribuição social apresentadas na DRE	(188.215)	(2.050.371)
Tributos Correntes	(756.056)	(2.597.269)
Tributos Diferidos	567.841	546.898
Alíquota Efetiva	192,9%	26,0%

⁽¹⁾ Decorrem, principalmente, de mudanças na expectativa de realização de diferenças temporárias dedutíveis de anos anteriores.

⁽²⁾ Refere-se, principalmente, a outras diferenças permanentes.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2020
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/03/2020	31/03/2019
Total dos tributos correntes reconhecidos no resultado	(756.056)	(2.597.269)
Ajuste do período anterior	285.033	2.272
Parcela dos tributos correntes reconhecida em outros resultados abrangentes	(178.924)	1.434.493
Tributos correntes devidos no período	(649.947)	(4.034.034)
(-) Antecipações	243.912	3.827.326
Impostos e Contribuições sobre o lucro a pagar	(406.035)	(206.708)

11.1.2. IR e CSLL Diferidos

(a) Saldo dos créditos e débitos tributários diferidos, por natureza e origem

Ativo	31/03/2020	31/12/2019	Fundamento para realização
Contrapartida no resultado			
. Provisão para desvalorização da carteira de renda variável	6.062.594	6.084.153	Alienação dos títulos
. Provisão para ações trabalhistas e cíveis	532.624	509.995	Decisão judicial definitiva
. Ágio amortizado	92.882	90.595	Alienação dos títulos
. Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	425.075	277.026	Alienação dos títulos
. Provisão para créditos de liquidação duvidosa	669.823	317.519	Recebimento ou efetivação da perda
. Outros	36.557	53.549	
Subtotal	7.819.555	7.332.837	
Contrapartida no patrimônio líquido			
. Perda atuarial – PAS	26.452	37.206	Pagamento das despesas médicas
Subtotal	26.452	37.206	
Total dos créditos tributários diferidos	7.846.007	7.370.043	

Passivo	31/03/2020	31/12/2019	Fundamento para realização
Contrapartida no resultado			
. Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	(47.508)	(128.631)	Alienação dos títulos
. Ganho por compra vantajosa	(61.561)	(61.561)	Alienação dos títulos
. Outros	(5.977)	(5.977)	
Subtotal	(115.046)	(196.169)	
Contrapartida no patrimônio líquido			
. Ajuste a valor justo de instr. financeiros - disponíveis para venda	(9.848.872)	(18.093.598)	Alienação dos títulos
Subtotal	(9.848.872)	(18.093.598)	
Total dos débitos tributários diferidos	(9.963.918)	(18.289.767)	

(b) Movimentação dos créditos e débitos tributários diferidos, por natureza e origem

Ativo	31/12/2019	Constituição	Realização	31/03/2020
Contrapartida no resultado:				
. Provisão para desvalorização da carteira de renda variável	6.084.153	-	(21.559)	6.062.594
. Provisão para ações trabalhistas e cíveis	509.995	22.636	(7)	532.624
. Ágio amortizado	90.595	2.287	-	92.882
. Provisão para risco de crédito	317.519	1.603.696	(1.251.392)	669.823
. Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	277.026	148.049	-	425.075
. Outros	53.549	1.537	(18.529)	36.557
Subtotal	7.332.837	1.778.205	(1.291.487)	7.819.555
Contrapartida no patrimônio líquido:				
. Perda atuarial – PAS	37.206	11.559	(22.313)	26.452
Subtotal	37.206	11.559	(22.313)	26.452
Total dos créditos tributários diferidos	7.370.043	1.789.764	(1.313.800)	7.846.007

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2020
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivo	31/12/2019	Constituição	Realização	31/03/2020
Contrapartida no resultado:				
. Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	(128.631)	(426.789)	507.912	(47.508)
. Ganho por compra vantajosa	(61.561)	-	-	(61.561)
. Outros	(5.977)	-	-	(5.977)
Subtotal	(196.169)	(426.789)	507.912	(115.046)
Contrapartida no patrimônio líquido:				
. Ajuste a valor justo de instr. financeiros - disponíveis para venda	(18.093.598)	-	8.244.726	(9.848.872)
Subtotal	(18.093.598)	-	8.244.726	(9.848.872)
Total dos débitos tributários diferidos	(18.289.767)	(426.789)	8.752.638	(9.963.918)

(c) Créditos (débitos) tributários diferidos líquidos

	31/12/2019	Efeito no Resultado	Efeito no PL	31/03/2020
Créditos tributários diferidos	7.370.043	486.718	(10.754)	7.846.007
Débitos tributários diferidos	(18.289.767)	81.123	8.244.726	(9.963.918)
Créditos (débitos) tributários diferidos líquidos	(10.919.724)	567.841	8.233.972	(2.117.911)

	31/12/2018	Efeito no Resultado	Efeito no PL	31/03/2019
Créditos tributários diferidos	7.811.683	(70.307)	(533)	7.740.843
Débitos tributários diferidos	(15.327.251)	617.205	(2.006.619)	(16.716.665)
Créditos (débitos) tributários diferidos líquidos	(7.515.568)	546.898	(2.007.152)	(8.975.822)

(d) Créditos tributários diferidos não reconhecidos

Em 31 de março de 2020, não foram reconhecidos créditos tributários no montante de R\$ 861.843 (R\$ 719.217 em 31 de dezembro de 2019), em sua maioria, pelo fato de não possuírem expectativa de realização nos próximos 10 anos. Tais créditos poderão ser registrados no período em que atenderem aos critérios normativos e/ou apresentarem expectativa de realização pelo prazo máximo de 10 anos.

(e) Expectativa de realização dos créditos e débitos tributários diferidos

	Créditos Tributários	%	Débitos Tributários	%	Líquido
2020	1.639.419	20,9%	(2.392.797)	24,0%	(753.378)
2021	2.668.198	34,0%	(2.460.673)	24,7%	207.525
2022	1.473.539	18,8%	(2.420.850)	24,3%	(947.311)
2023	1.391.827	17,7%	(2.414.182)	24,2%	(1.022.355)
2024	559.745	7,1%	-	0,0%	559.745
2025 a 2029	104.874	1,3%	-	0,0%	104.874
Após 2029 ⁽³⁾	8.405	0,1%	(275.416)	2,8%	(267.011)
Total	7.846.007	100%	(9.963.918)	100%	(2.117.911)

⁽³⁾ Refere-se aos créditos tributários constituídos anteriormente à Resolução n.º 3.355/2006.

11.1.3. Tributos a recuperar

Os impostos e contribuições a recuperar e antecipações são os seguintes:

	31/03/2020	31/12/2019
IRPJ/CSLL a compensar	534.790	530.843
Imposto de renda retido na fonte	117.384	154.478
Outros	2.128	1.737
Total no Ativo Circulante	654.302	687.058

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2020
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

11.2. Provisões trabalhistas e cíveis

A BNDESPAR é parte em processos judiciais de naturezas trabalhistas e cíveis decorrentes do curso normal de suas atividades.

As informações sobre a regulamentação e política da BNDESPAR para tratamento destes processos podem ser encontradas na Nota Explicativa nº 19.11.

A provisão constituída foi avaliada pela Administração como suficiente para fazer face às eventuais perdas.

As provisões constituídas estão apresentadas, segregadas por natureza, a seguir:

	31/03/2020	31/12/2019
Processos trabalhistas	13.507	13.231
Processos cíveis	1.553.035	1.486.754
Total	1.566.542	1.499.985
Circulante	-	-
Não Circulante	1.566.542	1.499.985

Cronograma esperado de realização destas provisões em 31 de março de 2020:

	Processos trabalhistas	Processos cíveis
2020	-	-
2021	12.251	-
2022	708	2.897
2023	55	31
2024	493	1550.107
Total	13.507	1.553.035

(a) Processos trabalhistas

As provisões trabalhistas refletem a classificação de risco de perda provável sobre 8 processos judiciais em andamento, que se referem, basicamente, a processos relativos a incorporação de gratificação salarial, participação nos lucros, responsabilidade solidária do Banco em razão da participação acionária da BNDESPAR e à Lei de Anistia (Reforma Administrativa do Governo Collor).

Movimentação das provisões trabalhistas no período:

	31/03/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício	13.231	12.372
Pagamentos	-	(456)
Constituições	295	1.631
Reversões	(19)	(316)
Saldo no final do período	13.507	13.231

Em 31 de março de 2020 existiam 16 processos judiciais em andamento, classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R\$ 2.554, que versam sobre complementação de aposentadoria, reforma administrativa do Governo Collor e hora extra.

(b) Processos cíveis

As provisões cíveis refletem a classificação de risco de perda provável sobre 5 processos, sendo que os principais pleitos versam sobre indenizações referentes a alienações do controle de empresas no âmbito do Programa Federal de Desestatização ou privatizações efetuadas pelo Governo Federal e implementadas pelo BNDES enquanto gestor do PND, além daquelas acerca de questões contratuais.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2020
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Um dos principais pleitos refere-se a uma ação ajuizada em 1995, decorrente de um leilão de privatização ocorrido em 1989.

Movimentação das provisões cíveis no período:

	31/03/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício	1.486.754	1.404.840
Pagamentos	-	-
Constituições	66.281	82.003
Reversões	-	(89)
Saldo no final do período	1.553.035	1.486.754

Em 31 de março de 2020 existiam 16 processos judiciais em andamento, classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R\$ 1.446.874, referente a questões contratuais (revisão de acordo de acionistas).

11.3. Outras obrigações diversas

	31/03/2020	31/12/2019
Obrigações por depósitos a apropriar	41.881	38.187
Despesas administrativas a pagar	55.469	78.649
Outros créditos a apropriar	99.051	-
Diversas	46.060	48.404
Total	242.461	165.240
Circulante	242.461	165.240
Não circulante	-	-

12. PARTES RELACIONADAS

A BNDESPAR tem relacionamento e transações com entidades consideradas partes relacionadas, conforme Pronunciamento Técnico CPC 05, aprovado pela Deliberação CVM n.º 560/2008.

12.1. Transações com o controlador

As operações realizadas com o controlador estão resumidas a seguir:

	31/03/2020	31/12/2019
Ativo		
Aplicações em operações compromissadas ^{(1) (2)}	33.006.741	31.463.224
Outros créditos	-	-
Passivo		
Dividendos a pagar	2.506.713	2.481.526
Outras obrigações diversas	55.469	78.649

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2020
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/03/2020	31/03/2019
Receitas		
Aplicações em operações compromissadas	324.410	463.876
Despesas		
Outras despesas	(25.187)	(20.848)

(1) As aplicações em operações compromissadas com o controlador são consideradas como caixa e equivalentes de caixa, conforme política descrita na Nota Explicativa nº 19.9.

(2) Não considera o ajuste a valor justo de alguns títulos marcados a mercado pela adoção do CPC 48 – Instrumentos financeiros pela BNDESPAR, não referendado pelo BACEN.

12.2. Transações com outras Entidades Governamentais

Além das operações com o seu acionista único, a BNDESPAR mantém transações no curso de suas operações com outras entidades governamentais federais, portanto sob controle comum, como o Fundo de Investimento do Nordeste – FINOR.

Os saldos das transações significativas com estas entidades estão resumidos a seguir:

	31/03/2020	31/12/2019
Ativos		
Cotas de fundos de investimento	17.437	22.565

A BNDESPAR também possui investimentos em empresas sob controle comum, conforme detalhado na Nota Explicativa n.º 4.2.

12.3. Transações com a Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES – FAPES

A FINAME não possui transações com a FAPES, além daquelas relacionadas à gestão do Plano de Aposentadoria e Pensões e com o Fundo de Assistência Médica e Social. Os saldos em aberto com a FAPES, resumidos a seguir, encontram-se detalhados na Nota Explicativa n.º 13.1:

	31/03/2020	31/12/2019
Passivo		
Passivo atuarial - Plano Básico de Benefícios - PBB	539.043	379.583
Passivo atuarial - Plano de Assistência e Saúde - PAS	464.823	494.297
Patrimônio líquido		
Outros resultados abrangentes - PBB	(302.969)	(146.394)
Outros resultados abrangentes - PAS	(197.377)	(231.373)
Resultado		
Plano Básico de Benefícios - PBB	(2.884)	(24.708)
Plano de Assistência e Saúde - PAS	(4.522)	(22.457)

12.4. Transações com coligadas

A BNDESPAR possui investimentos em empresas coligadas, conforme detalhado na Nota Explicativa n.º 4.3. Além dos aportes de capital nas investidas e do recebimento de dividendos e juros sobre o capital próprio, em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 a BNDESPAR não possuía nenhuma outra operação com empresas coligadas.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2020
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

12.5. Remuneração de empregados e dirigentes

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração da BNDESPAR (membros dos Conselhos de Administração e Fiscal):

	31/03/2020	31/03/2019
Benefícios de curto prazo:		
Salários e encargos	220	259

Estão destacadas, abaixo, as informações relativas às maiores e menores remunerações (salário fixo mensal, sem encargos) pagas ao pessoal-chave da administração e aos empregados da BNDESPAR no período:

	31/03/2020		31/03/2019	
	Administração	Empregados	Administração	Empregados
Maior Salário	8,10	75,65	8,09	72,53
Menor Salário	8,10	4,56	8,09	4,16
Salário Médio	8,10	27,54	8,09	28,68

A BNDESPAR não possui remuneração baseada em ações e não oferece outros benefícios de longo prazo para seu pessoal-chave da Administração.

Os benefícios pós-emprego estão restritos aos funcionários do quadro da BNDESPAR.

A BNDESPAR não concede empréstimos ao pessoal-chave da Administração – Diretores, membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

Participação nos Lucros e Resultados (PLR)

Movimentação dos saldos provisionados para participação nos resultados de empregados, decorrentes de pagamentos, ajustes e novos provisionamentos:

	31/03/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício	2.102	1.423
Ajuste do valor provisionado	-	1.475
Pagamentos realizados	-	(2.898)
Provisão do exercício	-	2.102
Saldo no final do período	2.102	2.102

13. OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Informações regulamentares dos planos de aposentadoria complementar (Plano Básico de Benefícios – PBB) e de assistência médica (Plano de Assistência e Saúde – PAS) e outros benefícios concedidos aos empregados da BNDESPAR podem ser encontrados na Nota Explicativa n.º 19.12.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2020
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

13.1. Passivo atuarial - planos de aposentadoria complementar e de assistência médica

As obrigações registradas no balanço patrimonial relativas aos planos de aposentadoria complementar (PBB) e de assistência médica (PAS) estão representadas a seguir:

	31/03/2020	31/12/2019
Passivo atuarial – PBB	539.043	379.583
Passivo atuarial – PAS	464.823	494.297
Total	1.003.866	873.880
Circulante	59.130	51.178
Passivo atuarial – PBB	36.320	33.450
Passivo atuarial – PAS	22.810	17.728
Não Circulante	944.736	822.702
Passivo atuarial – PBB	502.723	346.133
Passivo atuarial – PAS	442.013	476.569

13.1.1. Plano Básico de Benefícios – PBB

A seguir, os resultados da avaliação atuarial do PBB efetuada por atuário externo, os ativos com base nos dados de 16/03/2020 e atualizados até 31 de março de 2020:

	31/03/2020	31/12/2019
Valor presente da obrigação atuarial	2.049.712	2.153.322
Valor justo dos ativos do plano	(1.510.669)	(1.773.739)
Valor presente das obrigações não cobertas pelos ativos	539.043	379.583

Movimentação no valor presente da obrigação atuarial e no valor justo dos ativos do PBB

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

	31/03/2020	31/12/2019
Valor presente no início do exercício	2.153.322	1.846.449
Custo do serviço corrente	438	1.721
Custo dos juros da obrigação	36.427	170.449
Contribuições dos participantes do plano	178	733
Benefícios pagos	(33.839)	(131.774)
Perdas (Ganhos) atuariais	(106.814)	265.744
Mudança de premissas (taxa de desconto)	(143.519)	322.280
Ajuste de experiência	36.705	(56.573)
Mudança de premissas (tábuas biométricas)	-	37
Valor presente no final do período	2.049.712	2.153.322

As mudanças no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

	31/03/2020	31/12/2019
Valor justo no início do exercício	1.773.739	1.425.196
Retorno sobre os ativos do plano, excluindo juros	(263.390)	332.122
Contribuições recebidas do empregador	4.019	15.899
Contribuições recebidas dos participantes	179	733
Benefícios pagos	(33.839)	(131.774)
Receita dos juros	29.961	131.563
Valor justo no final do período	1.510.669	1.773.739

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2020
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

A contribuição esperada com o plano de pensão de aposentadoria complementar, para os próximos 12 meses, é de aproximadamente R\$ 16.647.

A duração média da obrigação atuarial é de 19,70 anos em 31 de março de 2020 (20,53 anos em 31 de dezembro de 2019).

A tabela, a seguir, mostra os benefícios estimados a pagar em 31 de março de 2020 para os próximos anos:

Plano PBB	Até 1 ano	2 e 3 anos	4 e 5 anos	6 a 10 anos	11 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total
BNDESPAR	148.100	292.969	289.324	692.092	620.741	1.327.929	3.371.155

Impacto no resultado e Patrimônio Líquido

Os valores reconhecidos na Demonstração do Resultado são assim demonstrados.

Resultado	31/03/2020	31/03/2019
Custo do serviço corrente	(438)	(471)
Custo dos juros da obrigação	(36.427)	(41.212)
Receita de juros dos ativos	29.961	31.810
Subtotal	(6.904)	(9.873)
Contribuições recebidas do empregador	4.019	7.316
Total	(2.885)	(2.557)

Os valores reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, no Patrimônio Líquido, são assim demonstrados.

Patrimônio Líquido - Outros resultados abrangentes	31/03/2020	31/12/2019
Saldo do início do exercício	(146.393)	(212.772)
(Perdas) Ganhos atuariais	106.814	(265.743)
Retorno sobre os ativos do plano, excluindo juros	(263.390)	332.122
Saldo no final do período	(302.969)	(146.393)

Os ativos do PBB, segregados por nível de mensuração, são os seguintes:

Ativos por categoria	31/03/2020				31/12/2019			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Fundos de investimento	216.537	568.294	579.424	1.364.255	259.598	771.398	624.673	1.655.669
Ações	59.644	-	-	59.644	93.114	-	-	93.114
Multimercado	152.802	568.294	525.151	1.246.247	166.484	771.398	572.839	1.510.721
Participações	-	-	54.273	54.273	-	-	51.834	51.834
Fundos imobiliários	4.091	-	-	4.091	-	-	-	-
Imóveis ⁽¹⁾	-	121.062	-	121.062	-	105.408	-	105.408
Locados a terceiros	-	111.724	-	111.724	-	93.865	-	93.865
Locados aos Patrocinadores	-	9.338	-	9.338	-	11.543	-	11.543
Empréstimos e Financiamentos	-	-	49.844	49.844	-	-	48.858	48.858
Subtotal	216.537	689.356	629.268	1.535.161	259.598	876.806	673.531	1.809.935
Outros ativos (passivos) não avaliados a valor justo ⁽²⁾				10.588				11.268
Outras deduções ⁽³⁾				(37.210)				(43.850)
Total 16/03/2020 e 30/11/2019				1.508.539				1.777.353
Atualização de data base ⁽⁴⁾				2.130				(3.614)
Total				1.510.669				1.773.739

⁽¹⁾ O valor justo dos imóveis ocupados e utilizados pela FAPES monta em R\$ 2.070 em 31 de março de 2020 (R\$1.966 em 31 de dezembro de 2019).

⁽²⁾ Somatório das contas disponível + adiantamentos e depósitos judiciais + outros realizáveis.

⁽³⁾ Somatório das contas exigível operacional + exigível contingencial + fundos.

⁽⁴⁾ Projeção do valor justo dos ativos do plano de 16/03/2020 até 31/03/2020. Acréscimo da variação pela Taxa Selic vigente até 31/03/2019.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2020
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Análise de sensibilidade

A tabela, a seguir, apresenta como a obrigação de benefício definido teria sido afetada pela mudança de cada premissa atuarial relevante, individualmente. Foi realizada a análise de sensibilidade para as premissas de taxa de desconto (1% a.a. na taxa adotada), crescimento salarial (1% a.a. na taxa vigente), tábuas de mortalidade (1 ano nas probabilidades de morte), utilizando o mesmo método e base de dados adotados no cálculo das obrigações.

Premissa Atuarial significativa	Valor do impacto sobre a obrigação atuarial	Variação % sobre a obrigação Atuarial
Taxa de desconto atuarial		
Aumento de 1% a.a.	(186.319)	-9,09%
Redução de 1% a.a.	220.575	10,76%
Tábua de mortalidade		
Aumento de 1 ano na idade	50.671	2,47%
Redução de 1 ano na idade	(51.355)	-2,51%
Taxa de crescimento salarial		
Aumento de 1% a.a.	1.099	0,05%
Redução de 1% a.a.	(1.031)	-0,05%

Contas a Pagar FAPES

O passivo adicional refere-se a Contratos de Confissão de Dívida (CCD) celebrados com os Patrocinadores do Plano Básico de Benefícios (PBB), com prazo fixo de amortização, através de pagamentos mensais, totalizando 13 (treze) parcelas a cada ano, calculadas pelo Sistema Price e com incidência de juros anuais correspondentes à taxa atuarial de 6% a.a. mais a taxa de custeio administrativo e atualização monetária, que ocorre nas mesmas épocas e proporções em que é concedido o reajuste ou modificação geral dos salários dos empregados dos Patrocinadores. Portanto, a dívida contratada é reconhecida como um passivo adicional na apuração do passivo líquido. O passivo atuarial contempla os saldos desses contratos.

O saldo dessas dívidas está assim representado:

	31/03/2020	31/12/2019
Contratos de 2002 (a)	161.534	158.902
Contratos de 2004 (b)	15.165	15.022
Total	176.699	173.924

^(a) Refere-se ao acordo entre as empresas do Sistema BNDES e seus empregados, envolvendo o reconhecimento da alteração da jornada de trabalho, em face da Lei n.º 10.556, de 13 de novembro de 2002, que resultou em um acréscimo de 16,67% nos salários de participação dos participantes, e impactou diretamente nas provisões matemáticas do plano de benefícios. Para cobertura parcial do acréscimo provocado naquelas provisões, no exercício de 2002, foram firmados contratos que preveem a amortização da dívida em 390 parcelas. O pagamento teve início em janeiro de 2003.

^(b) Refere-se à conversão dos valores das provisões matemáticas a constituir (em atendimento à recomendação do BACEN), que vinham sendo amortizadas mensalmente desde novembro de 1998, através de contribuições extraordinárias, em dívida reconhecida pelos patrocinadores, a vencer em novembro de 2018. O pagamento da primeira parcela foi efetuado em dezembro de 2004.

Por decisão cautelar do TCU - Tribunal de Contas da União (TC-029.845/2016-5), de 18/07/2017, encontram-se suspensos os pagamentos correspondentes aos CCD de 2002 e 2004. A FAPES impetrou mandado de segurança, no Supremo Tribunal, contra a decisão do relator do TCU, no âmbito do processo TC-029.845/2016-5 (tendo sido o mandado denegado em decisão monocrática e posteriormente negado por unanimidade), e também iniciou cobrança judicial dos pagamentos suspensos a cargo da 29ª vara federal/RJ (não tendo obtido, até o presente momento, decisão favorável).

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2020
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Considerações adicionais

(a) Ação de cobrança da FAPES para custeio de eventos ocorridos no período de 1988 a 2009

A FAPES pleiteou junto aos Patrocinadores do PBB (empresas do Sistema BNDES) o reconhecimento de valores adicionais aos contratos existentes, em função de interpretação/reavaliação de cláusulas estabelecidas nestes contratos, e de eventos ocorridos no período de 1988 a 2009 que, em sua avaliação, requerem a recomposição histórica do custeio do plano.

Em 30/12/2014, a Administração do BNDES se manifestou em relação ao pleito, condicionando o reconhecimento do montante adicional da dívida à avaliação e aprovação da SEST, o que não veio a se confirmar. Em 26/07/2016, a SEST manifestou-se contrariamente ao pagamento dos valores pleiteados pela FAPES.

Em julho de 2016, a FAPES ingressou na Justiça Federal do Rio de Janeiro com uma ação de cobrança. Em 24/11/2016, a Diretoria da FAPES informou aos participantes e beneficiários assistidos que, a pedido dos Patrocinadores, o processo foi suspenso por 6 (seis) meses pelo Juízo da 29ª Vara Federal, para se discutir de forma mais ampla, as diferentes questões que desafiam a sustentabilidade do PBB, administrado pela FAPES. Em maio de 2017, o prazo da suspensão foi renovado por mais um período de 6 (seis) meses. Em 31/01/2018, após decorrido o novo prazo de suspensão, o Sistema BNDES apresentou contestação. Em 03/05/2018, em provas, o BNDES requereu perícia atuarial e a FAPES requereu perícia econômico-financeira para comprovar os impactos causados no PBB, decorrentes dos atos dos réus. Na sequência, a Juíza se declarou impedida, o processo foi à livre distribuição, a Juíza da 23ª Vara entendeu que o processo também não era de sua competência, e, em 14/08/2018, foi suspenso até julgamento do conflito negativo de competência, que será analisado pelo TRF2. O Conflito de Competência foi julgado pelo TRF2, sendo os autos encaminhados à 29ª Vara Federal do Rio de Janeiro. Atualmente, o BNDES possui prazo para se pronunciar a respeito de pedido de ingresso da União como assistente simples no processo.

O BNDES classificou o risco de perda na Justiça Federal do Rio de Janeiro como remota, e, por esta razão, o valor em litígio não foi provisionado.

(b) Plano de ação para devolução dos valores aportados na FAPES em 2009 e 2010

O Tribunal de Contas da União, no processo TC-029.058/2014-7, determinou ao BNDES, no Acórdão 2.766/2015-Plenário, de 28/10/2015, que, no prazo de 90 (noventa) dias, apresentasse plano de ação com medidas para obter o ressarcimento, em valores atualizados, das importâncias repassadas à FAPES quando dos aportes unilaterais e sem a contribuição paritária dos beneficiários de R\$ 395.262 em junho de 2009, R\$ 11.479 em julho de 2010 e R\$ 40.924 em agosto de 2010, julgados indevidos em afronta ao § 3º do art. 202 da Constituição Federal e aos §§ 1º e 3º do art. 6º da Lei Complementar 108/2001, devendo o prazo de ressarcimento não ultrapassar o limite de 36 (trinta e seis) meses. Apreciados os pedidos de reconsideração e embargos de declaração, a decisão foi, ao final, mantida pelo TCU. Em 07/06/2018, depois de obter regular prorrogação daquele prazo, o BNDES apresentou a última versão de seu plano de ação à deliberação do TCU, homologada somente em fevereiro de 2019. Com vistas a cumprir a decisão do TCU, o BNDES, na qualidade de controlador, expediu Carta datada de 08 de abril de 2019, comunicando a decisão do TCU. Não obstante o movimento de cobrança efetuado, tais devoluções estão sendo tratadas como ativo contingente, e sendo assim, não contabilizado.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2020
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

13.1.2. Plano de Assistência e Saúde – PAS

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial como obrigações de benefício pós-emprego são os seguintes:

	31/03/2020	31/12/2019
Valor presente das obrigações não fundeadas	464.823	494.297
Passivo líquido	464.823	494.297

A movimentação no saldo da obrigação é demonstrada a seguir:

	31/03/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício	494.297	369.719
Custo do serviço corrente	624	2.430
Custo dos juros da obrigação	8.427	34.130
Benefícios pagos	(4.530)	(14.103)
Perdas (Ganhos) atuariais	(33.995)	102.121
Mudança de premissas (taxa de desconto)	(45.497)	99.164
Ajuste de experiência	11.502	2.726
Mudança de premissas (tábuas biométricas)	-	231
Valor presente no final do período	464.823	494.297

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

Resultado	31/03/2020	31/03/2019
Custo do serviço corrente	(624)	(495)
Custo dos juros da obrigação	(8.427)	(8.252)
Subtotal	(9.051)	(8.747)
Benefícios pagos (corrente)	4.530	2.018
Total	(4.521)	(6.729)

Os valores reconhecidos em outros resultados abrangentes são assim demonstrados:

Patrimônio Líquido - Outros resultados abrangentes	31/03/2020	31/12/2019
Saldo do início do exercício	(231.373)	(129.252)
(Perdas) Ganhos atuariais	33.996	(102.121)
Saldo no final do período	(197.377)	(231.373)

A BNDESPAR espera contribuir com a concessão de benefício pós-emprego de assistência e saúde, para os próximos 12 meses, em aproximadamente R\$ 20.077.

A duração média da obrigação atuarial é de 27,56 anos em 31 de março de 2020 (28,33 anos em 31 de dezembro de 2019).

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar na data-base em 31 de março de 2020 para os próximos anos:

Plano PAS	Até 1 ano	1 a 2 anos	4 e 5 anos	6 a 10 anos	11 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total
BNDESPAR	20.077	43.403	47.251	132.079	144.563	616.828	1.004.201

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2020
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Análise de sensibilidade

A tabela a seguir apresenta como a obrigação teria sido afetada pela mudança de cada premissa atuarial relevante, individualmente. Foi realizada a análise de sensibilidade para as premissas de taxa de desconto (1% a.a. na taxa adotada), tábuas de mortalidade (1 ano nas probabilidades de morte) e custos médicos (1% a.a. na taxa adotada), utilizando o mesmo método e base de dados adotados no cálculo das obrigações.

Premissa Atuarial significativa	Valor do impacto sobre a obrigação atuarial	Varição % sobre a obrigação atuarial
Taxa de desconto atuarial		
Aumento de 1% a.a.	(56.431)	-12,14%
Redução de 1% a.a.	70.650	15,20%
Tábua de mortalidade		
Aumento de 1 ano na idade	19.520	4,20%
Redução de 1 ano na idade	(19.093)	-4,11%
Taxa de aumento dos custos médicos		
Aumento de 1% a.a.	69.196	14,89%
Redução de 1% a.a.	(56.455)	-12,15%

13.1.3. Hipóteses atuariais e econômicas

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, entre outros. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação. Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

	31/03/2020	31/12/2019
Benefícios considerados	Todos os benefícios regulamentares	Todos os benefícios regulamentares
Método de avaliação atuarial	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado
Tábua de mortalidade de válidos	AT 2000	AT 2000
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49 Masculina	AT 49 Masculina
Invalidez	Álvaro Vindas desagravada em 30%	Álvaro Vindas desagravada em 30%
Taxa real de crescimento salarial futuro		
Grupo Técnico	3,33% a.a.	3,33% a.a.
Grupo Apoio	3,43% a.a.	3,43% a.a.
Taxa nominal de crescimento salarial futuro		
Grupo Técnico	7,00% a.a.	7,00% a.a.
Grupo Apoio	7,10% a.a.	7,10% a.a.
Taxa de desconto nominal	7,74% a.a.	7,05% a.a.
Taxa de inflação	3,55% a.a.	3,55% a.a.
Retorno esperado sobre os ativos do plano de aposentadoria complementar	7,74% a.a.	7,05% a.a.
Taxa real de tendência dos custos médicos	5,00% a.a.	5,00% a.a.

13.1.4. Processos Judiciais e Contingências

		PBB	PAS
Classificação: Provável	Valor	14.249	-
	Quantidade	20	-
Classificação: Possível	Valor	48.310	408
	Quantidade	75	27

Os processos considerados como de perdas prováveis estão registrados no exigível contingencial da FAPES. Esses processos totalizam R\$ 14.249 no PBB e referem-se a pedidos de incorporação de gratificação e recálculo de horas-extras; recebimento de desconto a título de pensão na complementação de participante falecido; pleito de complementação de pensão por morte e reclamação trabalhista. No PAS, não há processos como perdas prováveis.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2020
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Conforme Resolução CMN n.º 3.823/2009, para as perdas possíveis, a FAPES não realiza constituição de provisão, mas sim a divulgação em nota explicativa. Esses processos totalizam R\$ 48.310 no PBB e referem-se a assuntos diversos, em sua maioria, relacionados ao Regulamento, especialmente à interpretação de artigos e pedidos de majoração da complementação de aposentadoria. No PAS, correspondem a R\$ 408 e, em sua maioria, se referem à solicitação de inclusão de dependente no plano de saúde.

13.2. Benefícios de rescisão

A BNDESPAR reconhece os benefícios de rescisão quando está, de forma demonstrável, comprometida com a rescisão dos atuais empregados, de acordo com um plano formal detalhado, o qual não pode ser suspenso ou cancelado, ou o fornecimento de benefícios de rescisão como resultado de uma oferta feita para incentivar a demissão voluntária.

13.3. Outros benefícios

	31/03/2020	31/03/2019
Vale-refeição	4.608	15.044
Assistência educacional	2.042	6.125
Total	6.648	21.169

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

14.1. Capital social

Em 31 de março de 2020 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 60.344.504, e está representado por 1.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertencentes ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

O capital social da BNDESPAR poderá ser aumentado, após aprovação pela Assembleia Geral, até o limite do capital autorizado previsto no Estatuto da BNDESPAR, no montante de R\$ 100 bilhões, sem a emissão de novas ações.

14.2. Ajustes de avaliação patrimonial

	31/03/2020	31/12/2019
Ajuste – acumulado de conversão – reflexo de coligada	918.640	1.068.567
Ajuste – outros resultados abrangentes – reflexo de coligada	10.772	(125.296)
Ajuste – outros resultados abrangentes – próprios – passivo atuarial, líquido de efeitos tributários (Notas Explicativas n.º 11.1.2 e 12.3)	(473.895)	(340.562)
Mensuração a valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	19.498.229	35.612.408
De títulos próprios *	19.507.231	35.624.880
De ativos de empresas coligadas	(9.002)	(12.472)
Total	19.953.746	36.215.117

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2020
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

14.3. Lucro líquido (prejuízo) ajustado pelos ganhos na realização de instrumentos patrimoniais

Apresenta-se a seguir o lucro líquido (prejuízo) do período ajustado pela realização de instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):

	31/03/2020	31/03/2019
Lucro (prejuízo) líquido do período	(90.622)	5.845.678
Ganho pela realização de instrumentos patrimoniais (CPC 48) ⁽¹⁾	475.130	2.765.215
Resultado realizado no período	384.508	8.610.893

⁽¹⁾ Valor transferido de Outros Resultados Abrangentes para Lucros (Prejuízos) Acumulados.

15. GESTÃO DE RISCOS

O gerenciamento de riscos das empresas do Sistema BNDES é um processo evolutivo. Os trabalhos são desenvolvidos de modo a promover o contínuo aprimoramento das políticas, processos, critérios e metodologias de controle de riscos.

Compõem a estrutura de gerenciamento de risco e de controle interno do Sistema BNDES: Conselho de Administração; Diretoria; Comitê de Auditoria, Comitê de Riscos; Comitês de Gestão de Risco de Mercado, de Gestão de Risco de Crédito e de Risco Operacional, Controle Interno e Integridade; além de unidades dedicadas ao gerenciamento de riscos e controle interno.

A Política de Gerenciamento de Riscos da BNDESPAR encontra-se na Nota Explicativa nº 19.13.

Risco Operacional

O BNDES utiliza atualmente a Abordagem do Indicador Básico como a metodologia de cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco referente ao risco operacional (RWA_{OPAD}), conforme procedimentos estabelecidos na Circular BACEN n.º 3.640/2013.

A parcela RWA_{OPAD} passou de R\$ R\$ 43.896.228, em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 38.269.089, em 31 de março de 2020. A redução da parcela ocorreu em função da redução significativa do Indicador de Exposição (IE) referente ao 2º semestre de 2019, considerado apenas na apuração da parcela em vigor em 31 de março de 2020. O IE corresponde à soma dos valores das receitas de intermediação financeira e das receitas com prestação de serviços, deduzidas as despesas de intermediação financeira.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2020
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Risco de Mercado

Exposição a risco de mercado

Apresentamos a seguir quadro comparativo contendo as exposições a risco de taxas de juros, risco de câmbio e risco de preços, para 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019:

Grupo de Risco	Instrumento Financeiro / Fator de Risco	Exposição em 31/03/2020	Exposição em 31/12/2019
Operações de renda fixa			
Juros	Selic / DI	(32.975.102)	(31.433.247)
Juros	TJLP	864.352	929.101
Juros	Prefixado	1.877.526	1.877.526
Juros	IGPM	163.956	238.854
Juros	IPCA	2.443.142	3.188.306
Juros	TR	(1.566.542)	(1.499.985)
Câmbio	Moeda Estrangeira	161.423	125.154
Operações de renda variável			
Preços	Ações	46.211.354	70.827.744
Preços	Debêntures Conversíveis em ações	1.626.024	2.254.425
Preços	Opções de ações	15.698	33.383

Análise de sensibilidade

Sob orientação da Instrução CVM n.º 475/2008, apresentamos o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros presentes nas operações da BNDESPAR, que descreve os riscos inerentes a estas operações, e que podem gerar perdas financeiras/econômicas para a Companhia. A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros considerou o efeito tributário incidente sobre o lucro/prejuízo das operações de renda fixa e variável.

Os cenários II e III aplicam os choques de 25% e de 50% (na direção da perda) sobre dados de mercado. As tabelas a seguir apresentam os resultados desse exercício para a posição de 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

Grupo de Risco	Instrumento Financeiro / Fator de Risco	Risco	31/03/2020		
			Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Operações de renda fixa					
Juros	Selic / DI	Alta Selic / DI	(14.611.874)	(181.881.444)	(363.762.889)
Juros	TJLP	Queda TJLP	(913)	(5.807)	(9.679)
Juros	Prefixado	Queda PRE	(24.659)	(13.383)	(22.305)
Juros	IGPM	Queda IGPM	2.805	(344)	(573)
Juros	IPCA	Queda IPCA	29.727	(4.278)	(7.130)
Juros	TR	Alta TR	2.275	-	-
Câmbio	Moeda Estrangeira	Queda USD	(14.451)	(21.308)	(35.513)
Operações de renda variável					
Preços	Ações	Queda nas cotações	2.383.685	(7.624.873)	(15.249.747)
Preços	Debêntures conversíveis em ações	Queda nas cotações	-	(368.407)	(635.483)
Preços	Opções de ações	Queda nas cotações	-	(2.303)	(2.820)

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2020
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Grupo de Risco	Instrumento Financeiro / Fator de Risco	Risco	31/12/2019		
			Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Operações de renda fixa					
Juros	Selic / DI	Alta Selic / DI	46.551.314	(236.382.097)	(472.764.194)
Juros	TJLP	Queda TJLP	(3.434)	(6.831)	(11.385)
Juros	Prefixado	Queda PRE	(13.219)	(13.383)	(22.305)
Juros	IGPM	Queda IGPM	137	(1.303)	(2.172)
Juros	IPCA	Queda IPCA	(1.378)	(17.699)	(29.498)
Juros	TR	Alta TR	1.070	-	-
Câmbio	Moeda Estrangeira	Queda USD	948	(16.520)	(27.534)
Operações de renda variável					
Preços	Ações	Queda nas cotações	4.052.108	(11.686.578)	(23.373.156)
Preços	Debêntures conversíveis em ações	Queda nas cotações	-	(541.694)	(992.863)
Preços	Opções de ações	Queda nas cotações	-	(6.425)	(8.977)

As perdas potenciais indicadas nos exercícios de deterioração da variável de risco consideradas na análise de sensibilidade, em cumprimento da Instrução CVM n.º 475/2008, inclusive aquelas relacionadas a instrumentos derivativos originados naturalmente no âmbito das operações de apoio financeiro por intermédio de instrumentos de renda variável, não refletem adequadamente a percepção dos riscos de mercado da BNDESPAR no âmbito da estruturação e contratação das operações; não correspondem a prováveis ônus financeiros e econômicos da Instituição; e também não representam impactos prováveis de ocorrer no resultado do sistema BNDES.

Risco de Liquidez

O Sistema BNDES realiza a gestão de risco de liquidez de forma agregada, não o fazendo de forma individualizada por empresa. O Sistema BNDES monitora seu risco de liquidez utilizando 3 indicadores, que buscam cobrir, tanto risco no curto prazo, quanto no longo prazo. Para acompanhamento do risco de liquidez de curto prazo, são calculados dois indicadores inspirados nas orientações associadas à implementação de Basileia III no Brasil. O primeiro índice é o *Liquidity Coverage Ratio* (LCR), que mede a capacidade de a instituição financeira cobrir, com ativos de alta liquidez, saídas líquidas de caixa em um cenário de estresse de 30 dias corridos. O indicador é calculado como a razão entre os ativos de alta liquidez e as saídas líquidas de caixa. O segundo índice, o Índice de Caixa Mínimo, estende o horizonte de análise do LCR de 1 para 3 meses. Para o acompanhamento do risco de liquidez de longo prazo, replica-se a metodologia do *Net Stable Funding Ratio* (NSFR), proposto no Acordo de Basileia III. O Índice de Liquidez de Longo Prazo, NSFR, é calculado como a razão entre passivos longos e ativos ilíquidos. Para os três indicadores, recomenda-se que seus valores sejam superiores a 1.

Complementando a informação anterior, a tabela a seguir apresenta os fluxos financeiros nominais dos passivos da BNDESPAR e respectivos prazos de vencimento. Apesar de a maior parte do passivo contratado ter prazo de vencimento inferior a 5 anos, a BNDESPAR possui ativos líquidos suficientes para cobrir as saídas de caixa programadas.

31/03/2020			31/12/2019		
Vencimentos	Debêntures	Outras obrigações (*)	Vencimentos	Debêntures	Outras obrigações (*)
2020	-	2.506.713	2020	-	2.481.526
2021	-	-	2021	-	-
2022	-	-	2022	-	-
2023	-	-	2023	-	-
2024	-	-	2024	-	-
Após 2024	-	-	Após 2024	-	-
Total	-	2.506.713	Total	-	2.481.526

(*) Inclui: instrumentos financeiros derivativos, aquisição a prazo de títulos e valores mobiliários e dividendos a pagar.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2020
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Risco de Crédito

A exposição ao risco de crédito total, sem a aplicação de mitigadores de risco ou provisões para risco de crédito, passou de R\$ 80.796.611, em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 53.426.188, em 31 de março de 2020. Destacou-se uma queda de R\$ 24.950.694 no valor dos ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de ORA.

	31/03/2020	31/12/2019
Ativos Financeiros		
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de ORA	48.118.711	73.069.405
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do Resultado	2.296.597	2.973.194
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	2.661.498	2.678.214
Outros	192.313	1.893.356
Compromissos a Liberar	157.069	182.442
Total	53.426.188	80.796.611

16. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 não houve atividades relevantes não envolvendo caixa.

17. EVENTOS SUBSEQUENTES

As incertezas geradas pela Pandemia da COVID-19 reduziram o nível de previsibilidade sobre as operações de maneira geral. Os efeitos das ações de distanciamento social e das ações emergenciais do Governo Federal com objetivo anticíclico ainda são incertos, principalmente devido ao rápido avanço da doença com impacto na Economia local e global. Nesse contexto, o Sistema BNDES como indutor de ações com efetividade sobre as atividades econômicas está atuante.

A despeito do panorama ainda incerto quanto ao desfecho da crise de saúde atual, a BNDESPAR mantém sua solidez financeira e patrimonial para fazer frente a seu papel institucional e contribuir com o fortalecimento das empresas brasileiras.

Em 31 de março de 2020, a BNDESPAR possuía instrumentos financeiros avaliados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes no montante de R\$ 46.211.354. Esses ativos são sujeitos à alta volatilidade do mercado de ações brasileiro (cuja negociação é realizada através da B³ – Brasil, Bolsa, Balcão), que está diretamente afetado pela capacidade de retorno das atividades econômicas do Brasil, em decorrência da pandemia COVID-19.

Subsequentemente a 31 de março de 2020 e até a data de aprovação das presentes informações trimestrais, os efeitos dessa volatilidade foram positivos no valor aproximado de R\$ 7.126.853.

Não foi possível mensurar outros impactos além dos descritos acima até a data da divulgação das Informações trimestrais.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2020
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

18. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A BNDESPAR

18.1. Objetivos e atuação

- Fortalecer as estruturas de capital das empresas e apoiar novos investimentos na economia;
- Apoiar o desenvolvimento de empresas emergentes;
- Apoiar o desenvolvimento de pequenas e médias empresas;
- Desenvolver a indústria de fundos fechados de "private equity"; e
- Contribuir para o desenvolvimento do mercado de capitais.

19. PRÁTICAS CONTÁBEIS E ESTIMATIVAS GERAIS SIGNIFICATIVAS

As políticas contábeis adotadas pela BNDESPAR são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

A seguir são apresentadas as práticas contábeis e estimativas gerais significativas consideradas pela Administração da BNDESPAR.

19.1. Conversão de saldos em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base na moeda funcional, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual a BNDESPAR opera.

(b) Transações e saldos

Transações em moeda estrangeira são contabilizadas, no seu reconhecimento inicial, na moeda funcional, aplicando-se a taxa de câmbio à vista da moeda estrangeira na data da transação.

As variações cambiais que surgem quando da liquidação de saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira por taxas cambiais de fechamento são reconhecidas como ganho ou perda na demonstração do resultado.

19.2. Reconhecimento de Receita

(a) Receitas e despesas de juros

Receitas e despesas de juros para todos os instrumentos financeiros com incidência de juros são reconhecidas dentro de "receitas de operações financeiras" e "despesas de operações financeiras" na demonstração do resultado, usando o método da taxa efetiva de juros, exceto aqueles mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2020
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Receita de honorários e comissões

Receita de honorários e demais comissões é geralmente reconhecida conforme o regime contábil de competência no período em que os serviços são prestados.

Entretanto, as receitas de comissões de estudos de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, são caracterizadas como receitas de originação e, assim, são acrescidas ao valor justo inicial e apropriadas ao resultado pelo método da taxa efetiva de juros, sendo reconhecidas nas respectivas contas de receitas e despesas de juros, conforme aplicável.

(c) Receita de dividendos

A receita de dividendos de instrumentos patrimoniais designados como mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes é reconhecida na demonstração do resultado quando o direito de seu recebimento é estabelecido.

19.3. Estimativas contábeis gerais

A preparação de informações financeiras requer o uso de estimativas e suposições sobre condições futuras. O uso da informação disponível e a aplicação do julgamento são inerentes à formação de expectativas. Os resultados reais no futuro podem diferir dos relatados.

A Administração da BNDESPAR entende que foram feitos todos os ajustes considerados necessários para uma boa apresentação do balanço patrimonial, da demonstração do resultado e dos fluxos de caixa para o período apresentado.

Os ativos e passivos sujeitos a estas estimativas incluem notadamente:

	Nota Explicativa
Valor justo de ativos e passivos financeiros	n.º 3 e 10
Provisão para redução no valor recuperável	n.º 9
Provisão para perdas em participações em coligadas	n.º 4.3
Provisão para impostos e contribuições e realização de créditos tributários	n.º 11.1
Provisões trabalhistas e cíveis	n.º 11.2
Benefícios a empregados	n.º 13

19.4. Instrumentos financeiros

A partir de 1º de janeiro de 2018, a BNDESPAR adotou o Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros, aprovado pela Deliberação CVM n.º 763/2016.

19.4.1. Ativos financeiros

19.4.1.1. Reconhecimento e mensuração inicial

Os Ativos financeiros são reconhecidos quando a BNDESPAR se torna parte ativa das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros são registrados e inicialmente mensurados ao valor justo, acrescidos dos custos de transação e das receitas de originação para os ativos financeiros classificados nas categorias “custo amortizado” e “valor justo por meio de outros resultados abrangentes”.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2020
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

19.4.1.2. Classificação e mensuração subsequente

Os ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA), ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado (VJDRE), baseado no modelo de negócios da BNDESPAR e nas características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos.

Avaliação do modelo de negócios

A BNDESPAR determina seus modelos de negócios para os seus ativos financeiros no nível que melhor reflete a forma como os portfólios de ativos financeiros são administrados para atingir os objetivos de negócios.

O modelo de negócios reflete como a BNDESPAR administra seus ativos financeiros e até que ponto os fluxos de caixa dos ativos financeiros são gerados pela captação dos fluxos de caixa contratuais, pela venda dos ativos financeiros ou por ambos, utilizando-se de cenários esperados de ocorrência.

Resumidamente, os modelos de negócios da BNDESPAR se dividem em quatro categorias, indicativas das principais estratégias usadas para gerar retornos:

- **Modelo de Negócio 1: Manter para coletar somente fluxos de caixa contratuais** - Ativos financeiros que apresentam como característica a coleta de fluxos de caixa contratuais, compostos somente de principal e juros, e cujo objetivo é o de carregar esse instrumento até o seu vencimento. As vendas são incidentais a este objetivo e espera-se que sejam insignificantes ou pouco frequentes.
- **Modelo de Negócio 2: Manter tanto para coletar os fluxos de caixa contratuais quanto para vender** – Ativos financeiros que apresentam como característica a coleta de fluxos de caixa contratuais de principal e juros e a venda destes ativos, e cujo objetivo é o de vendê-los antes do seu vencimento.
- **Modelo de Negócio 3: Demais Modelos de Negócio para os instrumentos de Renda Fixa** – Ativos financeiros de renda fixa que não se enquadram nem no Modelo 1 nem no Modelo 2.
- **Modelo de Negócio 4: Demais Modelos de Negócio para os instrumentos de Renda Variável** – Ativos financeiros de renda fixa com derivativos embutidos e investimentos em instrumentos de patrimônios sem influência significativa (ações e fundos de investimentos em renda variável).

Opção de designação

A BNDESPAR não designou ao valor justo por meio do resultado qualquer de seus instrumentos financeiros.

Para os investimentos em instrumentos de patrimônio (participações em empresas não coligadas e em fundos de investimentos em renda variável) que não sejam mantidos para negociação a BNDESPAR efetuou uma escolha irrevogável no reconhecimento inicial de apresentar mudanças subsequentes no valor justo em outros resultados abrangentes.

Características contratuais do fluxo de caixa

Os instrumentos de renda fixa da BNDESPAR enquadrados nos modelos de negócios 1 e 2 são avaliados com o objetivo de determinar se os fluxos de caixa contratuais associados a esses instrumentos são compostos apenas de pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto de modo consistente com um acordo de empréstimo básico.

O principal é geralmente o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e incluem restituições ao longo do tempo.

Os juros incluem, além do valor temporal do dinheiro, a compensação pelo risco de crédito e outros riscos e custos básicos de empréstimo, bem como margem de lucro.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2020
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Quando os termos contratuais de determinados ativos introduzirem exposição aos riscos ou variabilidade de fluxos de caixa que não sejam consistentes com um acordo de empréstimo básico, a BNDESPAR classificará esses instrumentos como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(a) Ativos financeiros ao Custo Amortizado

Os ativos financeiros enquadrados nessa categoria são subsequentemente mensurados ao valor de custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos e são apresentados líquidos da provisão para perdas de créditos.

Ao calcular a taxa efetiva de juros, a BNDESPAR aplica ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por:

- ativos financeiros adquiridos ou originados com problemas de recuperação de crédito, para os quais a BNDESPAR aplica a taxa de juros efetiva ajustada do ativo financeiro, desde o reconhecimento inicial;
- ativos financeiros que não são adquiridos ou originados com problemas de recuperação de crédito, mas posteriormente apresentaram evento de inadimplência (ou “estágio 3”), para os quais a BNDESPAR aplica a taxa de juros efetiva ao custo amortizado líquido da provisão, em períodos de relatório subsequentes.

Os ativos classificados e mensurados ao custo amortizado compreendem, principalmente, as operações compromissadas, vendas a prazo de títulos e valores mobiliários, direitos recebíveis e debêntures simples de emissão privada. Tais instrumentos representam apoio financeiro e são classificadas, de acordo com o julgamento da Administração, quanto ao nível de risco, considerando-se a conjuntura econômica, experiências passadas e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores.

(b) Ativos financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)

Os ativos financeiros de renda fixa incluídos nessa categoria são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e os ganhos e as perdas não realizados, oriundos de mudanças no valor justo, são acumulados na conta “Ajuste de avaliação patrimonial”, líquidos dos efeitos tributários.

As perdas de créditos, os juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos diretamente no resultado. Quando o investimento é alienado, o ganho ou a perda acumulado anteriormente no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado.

Neste período, a BNDESPAR não detém ativos de renda fixa nesta categoria.

Para os investimentos em instrumentos de patrimônio sem influência significativa e que não sejam mantidos para negociação, cuja designação para essa categoria foi adotada pela BNDESPAR, a mensuração subsequente foi realizada ao valor justo com os ganhos e perdas oriundos de mudanças no valor justo desses instrumentos reconhecidos em outros resultados abrangentes, na conta “Ajuste de avaliação patrimonial”, líquidos dos efeitos tributários. Quando o investimento é alienado, o ganho ou a perda acumulado será transferido dentro do Patrimônio Líquido, da rubrica “Outros Resultados Abrangentes” para “Lucros ou Prejuízos Acumulados”.

(c) Ativos financeiros ao Valor Justo através do Resultado (VJDRE)

Nesta categoria são registrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes reconhecidos no resultado.

Os principais ativos compreendem:

- Operações compromissadas com possibilidade de resgate antecipado;
- Derivativos de juros, moeda e isolados de renda variável;
- Determinados investimentos em fundos de investimentos de renda fixa e variável; e
- Debêntures de renda variável (híbridas) de emissão pública e privada, com derivativos embutidos.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2020
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

19.4.1.3. Valor justo dos ativos financeiros

Ao determinar e divulgar o valor justo dos ativos financeiros a BNDESPAR utiliza a hierarquia a seguir:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos que se possa ter acesso na data de mensuração. O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é seu preço de mercado, cotado na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se as transações ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua;

Nível 2 – Técnicas de avaliação para as quais as informações (*inputs*) significativas são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no nível 1; e

Nível 3 – Técnicas de avaliação para as quais qualquer input significativo não se baseia em dados de mercado observáveis.

As estimativas de Valor Justo de Instrumentos Financeiros seguem uma governança estabelecida por normativos internos aderentes à Resolução CMN 4.277/2013 e resultam da aplicação de métodos de cálculo aprovados em Comitês específicos e documentados em formato de manual com processo contínuo de revisão. De forma geral, as técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem (i) preços de mercado ou cotações de instituições financeiras/corretoras para instrumentos similares; fluxo de caixa descontado, *Black-Scholes-Merton*, Árvore Binomial e Simulação de Monte Carlo.

As principais premissas utilizadas quando da utilização da técnica *Black-Scholes-Merton*, Simulação de Monte Carlo e Árvore Binomial são as seguintes:

- Data inicial: refere-se à data da avaliação, ou seja, a data final de cada mês;
- Data final: data de vencimento;
- Preço do ativo: última cotação média do ativo objeto observada na data-base;
- Preço alvo (*strike price*): projeção do preço de exercício da opção na data final, de acordo com as condições contratuais;
- Taxa livre de risco: taxa nominal pré-fixada de título público emitido pelo Tesouro Nacional que tiver prazo compatível ao do ativo sob avaliação;
- *Dividend yield*: calculado caso a caso, preferencialmente a partir de projeções observáveis em mercado;
- Volatilidade: extraída de superfície de volatilidade implícita de instrumentos negociados em mercado com mesmo ativo-objeto, ou volatilidade histórica calculada com base no preço de fechamento diário do ativo-objeto ao longo dos últimos 1008 pregões (4 anos) para os casos em que não há instrumentos líquidos negociados em mercado com o mesmo ativo-objeto.

19.4.1.4. Reclassificações de ativos financeiros

Um ativo financeiro que não seja um instrumento financeiro derivativo ou um ativo financeiro que no reconhecimento inicial foi designado mensurado a valor justo por meio do resultado ou designado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, é reclassificado somente quando há mudança no modelo de negócios utilizado para gerenciar o ativo financeiro. A reclassificação de todos os ativos financeiros afetados pela mudança será aplicada prospectivamente a partir da data de reclassificação.

19.4.1.5. Baixa

Ativos financeiros são baixados somente quando os direitos contratuais sobre o recebimento dos fluxos de caixa se expiram, ou quando a BNDESPAR transfere os direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo financeiro.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2020
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

19.4.2. Passivos financeiros

19.4.2.1. Reconhecimento e mensuração inicial

Os passivos financeiros são reconhecidos quando a BNDESPAR se torna parte passiva das disposições contratuais do instrumento.

Os passivos financeiros classificados na categoria “custo amortizado” são inicialmente registrados ao valor justo, acrescidos/deduzidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua emissão e de prêmios e descontos.

19.4.2.2. Classificação e mensuração

Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

A BNDESPAR somente possui passivos financeiros classificados na categoria “custo amortizado”, que incluem: obrigações por debêntures emitidas e dividendos a pagar.

19.4.2.3. Baixa

Passivos financeiros são baixados quando suas obrigações são eliminadas, canceladas ou extintas.

19.4.3. Apresentação de instrumentos financeiros pela posição líquida entre ativos e passivos

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido somente quando a BNDESPAR tem o direito legal e a intenção de compensar valores ativos com valores passivos e liquidar estes ativos e passivos por diferença ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

19.4.4. Derivativos

A BNDESPAR, quando aplicável, utiliza derivativos com intuito de proteção, visando à adequação de sua composição de ativos e passivos financeiros, ao gerenciamento do perfil de produtos e ao atendimento de quaisquer outras finalidades alinhadas a seus objetivos institucionais, buscando-se a eficiência na gestão financeira. Não são utilizados derivativos para tomar posições de caráter especulativo, que gerem intencionalmente posições descobertas vinculadas a apostas direcionais.

A estratégia de proteção consiste em compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes da exposição às variações no valor justo ou de mercado ou no fluxo de caixa de qualquer ativo ou passivo financeiro.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data da contratação e são posteriormente mensurados pelo valor justo no final de cada período de relatório. Eventuais ganhos e perdas são reconhecidos imediatamente no resultado.

Um derivativo com valor justo positivo é reconhecido como ativo, enquanto um derivativo com valor justo negativo é reconhecido no passivo. Um derivativo é apresentado como ativo ou passivo não corrente se o prazo de vencimento remanescente do instrumento for superior a 12 meses e não se espera que seja realizado ou liquidado em um período mais curto.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2020
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Adicionalmente, a BNDESPAR utiliza instrumentos financeiros que se enquadram na definição de derivativos embutidos, como parte de algumas operações de renda variável. Tais derivativos, por exemplo, opções de conversão/permuta de debêntures em ações, encontram-se embutidos em instrumentos jurídicos ligados à carteira de títulos e valores mobiliários.

19.5. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

No final de cada período de relatório, a BNDESPAR aplica uma abordagem de redução ao valor recuperável baseada no modelo de três estágios para classificar e mensurar as perdas de crédito esperadas para os instrumentos de renda fixa inseridos nas categorias “custo amortizado” e “valor justo através de outros resultados abrangentes”, e caso haja, em compromissos de empréstimo e garantias financeiras emitidas.

Neste período, a provisão para perdas de créditos foi calculada somente para os ativos inseridos na categoria “custo amortizado”.

A BNDESPAR se baseou em informações razoáveis e suportáveis sobre eventos passados, condições atuais e previsões de eventos futuros e condições econômicas para determinar se o risco de crédito aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial.

A BNDESPAR dispõe de sistema interno de classificação de risco de crédito, classificações externas de risco e informações prospectivas para avaliar a deterioração na qualidade de crédito de um instrumento financeiro. Uma deterioração deve ser considerada significativa quando é atribuído à exposição um *rating* a partir do qual não se espera que seja verificada uma recuperação dentro de um determinado período de tempo. Em outras palavras, quando uma operação tem seu *rating* rebaixado a um nível em que não se costuma verificar uma recuperação ao nível original, considera-se que houve aumento significativo do risco de crédito. Para estabelecer qual é o nível de risco limite para mudança de estágio, a BNDESPAR realiza análise feita a partir da frequência histórica observada de migrações entre *ratings*.

Determinação dos estágios e definição de inadimplência

A abordagem de estágios da provisão para perdas de créditos é baseada na mudança na qualidade de crédito dos ativos financeiros da BNDESPAR desde o reconhecimento inicial.

Sendo assim, todas as operações são inicialmente classificadas no **Estágio 1**, e permanecem nesta situação enquanto não houver aumento significativo de risco de crédito. Para ativos classificados neste estágio, a provisão para perdas de crédito é calculada para um montante igual a perdas de crédito esperadas para 12 meses.

Caso haja aumento significativo de risco de crédito, na data da avaliação, os ativos serão migrados do Estágio 1 para o **Estágio 2**, e para isso, A BNDESPAR utilizará dois critérios:

- a) *Downgrades* significativos no *rating* atribuído à operação, comparado ao do momento da concessão (desde que não continue sendo considerado como baixo risco de crédito); e
- b) Operação com pagamentos vencidos há mais de 30 dias.

Para ativos classificados neste estágio, a provisão para perdas de crédito é calculada de acordo com um montante igual às perdas de crédito esperadas durante a vida útil do contrato.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2020
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Quando um ou mais eventos que tenham impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados de um ativo financeiro ocorra, o ativo financeiro é migrado para o **Estágio 3**, e uma provisão para perdas de crédito igual a perdas esperadas para a vida útil é realizada. A BNDESPAR utilizará os seguintes critérios de migração para esse estágio:

- a) Operação declarada pela BNDESPAR como ativo com problema de recuperação de crédito; ou
- b) Operação vencida há mais de 90 dias.

A BNDESPAR utiliza, mas não se limita aos seguintes critérios para a declaração de ativo com problema de recuperação de crédito:

- Pagamento das prestações do devedor passe a depender, no todo ou em parte, do recebimento de recursos oriundos do acionamento pela BNDESPAR ou de pagamento efetuado por terceiro interessado não integrante do grupo econômico do devedor;
- Deterioração significativa da qualidade do crédito;
- A operação relativa à exposição seja reestruturada;
- Declaração de falência do devedor.

A BNDESPAR declara que a definição de inadimplência utilizada para migração entre os estágios é consistente com os modelos internos de gerenciamento de risco de crédito.

Retorno entre os estágios

Para que uma operação migre do Estágio 2 para o Estágio 1, basta que seu *rating* seja revisado para um nível acima (melhor) ao determinado como limite para migração ao Estágio 2; ou, caso utilizado o critério de 30 dias, se o atraso tiver sido regularizado.

Entretanto, para que haja migração do Estágio 3 para os demais estágios, basta que a operação deixe de ser considerada como ativo com problemas de recuperação de crédito, cuja condição poderá ser alterada diante de evidência de retomada, pelo tomador, da capacidade de honrar novamente suas obrigações contratuais, devendo cumprir uma das seguintes condições:

- a) O inadimplemento financeiro tenha sido regularizado por meio da liquidação integral das prestações vencidas e não pagas;
- b) Realização de amortização significativa;
- c) Alteração do cliente ou do seu controlador; ou
- d) Alteração significativa no valor ou na qualidade da garantia.

A receita de juros é calculada sobre o valor contábil bruto dos ativos financeiros nos Estágios 1 e 2 e sobre o valor contábil líquido dos ativos financeiros no Estágio 3.

Mensuração de Perdas de Crédito Esperadas

A mensuração da provisão para perdas de crédito baseia-se principalmente no produto (i) da probabilidade de inadimplência (PD), com base na classificação interna de risco de crédito do instrumento financeiro, (ii) na perda dada a inadimplência (*Loss Given Default* - LGD) dos Estágios 1 e 2 (e estimativas individualizadas para exposições relevantes no Estágio 3) e (iii) na exposição à inadimplência (*Exposure at Default* - EAD), baseada na soma do saldo contábil com a projeção dos compromissos de desembolso futuros ajustados por um Fator de Conversão de Crédito (CCF).

A BNDESPAR, para ajustar suas estimativas de PD, se baseia na estimação de matrizes de migração ajustadas ao ciclo macroeconômico (*point-in-time* – PIT).

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2020
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

19.6. Participações Societárias

A carteira de participações societárias é composta, em sua maior parte, por ativos classificados como instrumentos financeiros, representados por ações de emissão de empresas sobre as quais a BNDESPAR não exerce influência significativa, sendo avaliadas por seus valores justos. Sua composição também inclui investimentos em empresas coligadas, sobre as quais a BNDESPAR exerce influência significativa.

Influência significativa é definida como o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem controlar de forma individual ou conjunta essas políticas.

Os ativos da carteira de participações societárias da BNDESPAR são oriundos, predominantemente, de operações de apoio financeiro do Sistema BNDES, cujo foco em geral corresponde à perspectiva de longo prazo.

Como já mencionado na Nota Explicativa n.º 19.4.1.2, a BNDESPAR efetuou uma escolha irrevogável no reconhecimento inicial, para investimentos em instrumentos de patrimônio sem influência significativa, de apresentar alterações subsequentes no valor justo em outros resultados abrangentes.

Ao determinar e divulgar o valor dos investimentos em participações societárias designadas como “mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes”, a BNDESPAR leva em consideração o nível de hierarquia conforme descrito na Nota Explicativa n.º 3.2.

Investimentos – Participações em Coligadas

Coligadas são todas as investidas sobre as quais a BNDESPAR exerce “influência significativa”. A influência significativa é presumida quando se possui 20% ou mais do capital votante da investida.

A Administração entende que em alguns casos cujas participações acionárias detidas pela BNDESPAR representam mais de 20% do capital votante, tal presunção de influência significativa não se verifica em termos concretos, em função, principalmente, da não participação na elaboração das políticas operacionais e financeiras da investida. Por outro lado, a Administração julga exercer influência significativa em determinadas entidades nas quais detém menos de 20% do capital votante por influenciar as políticas operacionais e financeiras de tais entidades.

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, o qual determina o reconhecimento inicial do investimento pelo seu valor de aquisição e o posterior aumento ou redução do valor contábil pelo reconhecimento da participação nas variações patrimoniais das investidas geradas após a aquisição. A participação da BNDESPAR nos lucros ou prejuízos de suas coligadas é reconhecida no resultado e sua participação nos outros resultados abrangentes é reconhecida de forma reflexa, diretamente no patrimônio líquido.

Os ganhos e perdas por diluição ou por aumento no percentual de participação são reconhecidos no resultado do exercício em que ocorrerem.

O investimento em coligadas inclui o ágio na aquisição, apurado pela diferença entre o valor pago (ou compromissos a pagar) e sua participação sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos. O ganho na compra vantajosa apurado na aquisição de coligada é reconhecido no resultado do exercício.

Não há restrição significativa que poderia limitar a capacidade das coligadas em transferir fundos para a BNDESPAR na forma de dividendos ou efetuar pagamentos de créditos e/ou adiantamentos.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2020
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Para a aplicação do método de equivalência patrimonial a BNDESPAR utiliza as informações das coligadas com defasagem máxima de 60 (sessenta) dias, conforme permitido pela legislação societária e pronunciamentos contábeis, em razão da impraticabilidade do uso de informações de mesma data-base. Tal fato decorre das coligadas serem independentes da BNDESPAR, possuindo contabilidade não integrada, e, conseqüentemente, cronogramas diversos de elaboração dos demonstrativos contábeis, o que impossibilita o fornecimento de informações tempestivas. Excepcionalmente uma defasagem maior ou menor pode ser utilizada, conforme comentado na Nota Explicativa n.º 4.3.

Análise do valor recuperável de investimentos em coligadas

Após a aplicação do método de equivalência patrimonial, a BNDESPAR avalia, em cada coligada, a necessidade de reconhecimento de perda adicional por redução ao valor recuperável do investimento líquido, incluindo eventual parcela de ágio. Esta avaliação se dá por meio da comparação de seu valor contábil com seu valor recuperável, sendo realizada semestralmente ou a qualquer momento, quando houver indicação de perda de valor do investimento.

Para o cálculo do valor recuperável, o montante do valor líquido de venda é determinado pelo maior valor entre: i) o preço de cotação da B3, deduzido de eventuais custos de venda, para os investimentos em companhias com ações listadas em bolsa e ii) o valor obtido por modelos de precificação baseados em múltiplos ou em fluxo de caixa descontado, para investimentos em empresas cujas ações não são listadas em bolsa. O valor em uso é determinado com base no cálculo do valor presente dos proventos esperados (dividendos e juros sobre o capital próprio), acrescido do valor residual esperado de venda futura da coligada apurado com base em modelos de precificação.

19.7. Ativos Mantidos para Venda

A BNDESPAR classifica como “Ativo Não Circulante Mantido para Venda” o ativo não circulante cujo valor será recuperado, principalmente, por meio da transação de venda em vez do uso contínuo. A classificação nessa categoria é realizada apenas nos casos em que o ativo cumpre os seguintes requisitos, conforme contido no CPC 31 (“Ativo não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada”):

- (i) está pronto para venda em suas condições atuais; e
- (ii) a venda é altamente provável e deve ocorrer em até um ano.

19.8. Patrimônio Líquido

19.8.1. Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social.

19.8.2. Reserva estatutária – para compatibilização de práticas contábeis

Representa uma reserva estatutária, com a finalidade de contemplar lucros ou ajustes de exercícios anteriores originados pela aplicação de padrões contábeis divergentes daqueles utilizados pelo Acionista Único – BNDES. O valor máximo do saldo dessa reserva se enquadra dentro do limite geral de reservas de lucros em relação ao capital social, conforme previsto no artigo 199 da Lei n.º 6.404/1976.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2020
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

19.8.3. Reserva para futuro aumento de capital

Reserva constituída do saldo remanescente após as constituições da reserva Legal, dividendo mínimo e reserva para compatibilização de práticas contábeis, com a finalidade de assegurar o fortalecimento do patrimônio da instituição compatível com o grau de risco de seus ativos. De acordo com o estatuto social, o saldo máximo dessa reserva é 20% (vinte por cento) do capital social.

19.8.4. Ajustes de avaliação patrimonial

São contabilizadas as contrapartidas de aumentos ou diminuições em decorrência de avaliação a valor justo de elementos de ativos financeiros, passivos atuariais e reflexo de variações no patrimônio de coligadas, líquidos de efeitos tributários.

19.8.5. Pagamento de dividendos

A distribuição de dividendos para o acionista único é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final de cada período, com base no valor mínimo obrigatório estabelecido no estatuto social da BNDESPAR, que corresponde a 25% do lucro líquido ajustado. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pela Assembleia Geral.

19.9. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa para fins de demonstração dos fluxos de caixa incluem disponibilidades, operações compromissadas de curto prazo e quaisquer outras aplicações de curto prazo que possuam alta liquidez, que sejam prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que não estejam sujeitas a um risco significativo de mudança de valor.

Nestas demonstrações financeiras somente as aplicações em operações compromissadas são consideradas como "caixa e equivalentes de caixa", cujos vencimentos se darão em três meses ou menos a contar da data da aquisição.

19.10. Imposto de renda (IR) e contribuição social (CSLL)

19.10.1 Tributos correntes sobre o lucro

Os tributos correntes sobre o lucro (IRPJ e CSLL) representam o montante a pagar ou a recuperar.

19.10.2 Tributos diferidos sobre o lucro

Os tributos diferidos sobre o lucro são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, na data do balanço, entre a base fiscal de ativos e passivos e seus valores contábeis para fins de divulgação financeira, e sobre prejuízos fiscais e base negativa de CSLL. As principais diferenças temporárias da companhia referem-se a provisões não dedutíveis e ao ajuste a valor justo de instrumentos financeiros.

Os ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias dedutíveis são registrados desde que possuam expectativa de realização em até 10 anos e limitado ao montante dos lucros tributáveis futuros contra as quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas, exceto para os créditos fiscais constituídos anteriormente à Resolução CMN n.º 3.059/2002, que são reconhecidos independentemente de possuírem expectativa de realização acima de 10 anos.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2020
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Esses critérios estão fundamentados em estudo técnico, elaborado semestralmente, o qual se baseia em premissas quanto à expectativa de geração de lucros futuros no período de 10 anos, considerando estimativas e avaliações quanto a tendências futuras, de acordo com as determinações da Instrução CVM n.º 371/2002. A companhia também observa os preceitos da Resolução CMN n.º 3.059/2002, seguindo as regras adotadas pelo seu controlador, BNDES, para fins de consolidação de demonstrações financeiras.

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

19.11. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN n.º 3.823/2009 e na Deliberação CVM n.º 594/2009, as quais aprovaram o Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Basicamente, o Pronunciamento requer o seguinte com relação aos Ativos e Passivos Contingentes, bem como à Provisão para processos trabalhistas e cíveis:

- **Ativos Contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa, deixando o ativo de ser contingente, requerendo-se assim o seu reconhecimento.
- **Passivos Contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, devendo ser divulgada, para cada classe de passivo contingente, uma breve descrição de sua natureza e quando praticável: (i) a estimativa do seu efeito financeiro, (ii) a indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de saída de recursos, e (iii) a possibilidade de qualquer desembolso. Os passivos contingentes para os quais a possibilidade de uma saída de recursos para liquidá-los seja remota não são divulgados.
- **Provisão:** são obrigações presentes, reconhecidas como passivo, desde que possa ser feita uma estimativa confiável e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação.

Considerando a natureza das ações, sua similaridade com processos anteriores, sua complexidade, jurisprudência aplicável e fase processual, os processos são classificados em três categorias de risco: máximo, médio e mínimo, levando-se em conta a possibilidade de ocorrência de perda, tendo como base a opinião de assessores jurídicos internos e externos.

Conforme a expectativa de perda, a política adotada para a classificação das ações é a seguinte:

Risco Mínimo – são classificadas nesta categoria todas as ações em primeira instância e também, de acordo com a matéria impugnada no recurso, todas as que possuem decisão favorável em primeira ou em segunda instância.

Risco Médio – são classificadas nesta categoria as ações que possuem decisão desfavorável em primeira ou em segunda instância, mas, de acordo com a matéria impugnada no recurso, existe a possibilidade de reversão do resultado.

Risco Máximo – são classificadas nesta categoria as ações que possuem decisão desfavorável, em primeira ou em segunda instância, e outras que, de acordo com a matéria impugnada no recurso, dificilmente poderão ter sua decisão revertida.

Critérios Jurídicos	Possibilidade de Perda	Risco de desembolso	Provisão / Divulgação
Risco Máximo	Provável	Sim	Provisão de 100%
		Não	Divulga
Risco médio	Possível	Sim	Divulga em Nota Explicativa
		Não	
Risco Mínimo	Remota	Não	Não há provisão e divulgação em Nota Explicativa

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2020
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

19.12. Obrigações de benefícios a empregados

19.12.1. Plano de aposentadoria complementar - Plano Básico de Benefícios – PBB

A BNDESPAR oferece aos seus empregados um benefício de aposentadoria complementar. O Plano Básico de Benefícios (PBB), estruturado na modalidade de Benefício Definido (BD) é financiado, de forma paritária com seus participantes, por pagamentos determinados por cálculos atuariais periódicos. Em dezembro de 2018, o PBB foi fechado para novas adesões.

O PBB é administrado pela Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES – FAPES, e patrocinado pelas empresas do Sistema BNDES (BNDES, BNDESPAR, FINAME) e a própria FAPES. Até a última alteração de seu Regulamento, aprovada pela PREVIC em dezembro de 2018, o PBB concedeu complementação dos benefícios previdenciários pagos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). A partir desta alteração, com a desvinculação do INSS, o PBB passou a conceder complementação de um “INSS teórico” atrelado à Unidade de Referência (UR), fixada em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) na data de 30/09/2017 (a ser reajustada anualmente), R\$ 5.476,27 em 30/03/2020.

Entre os riscos relevantes associados ao PBB, tem-se:

- A incerteza quanto à manutenção do nível do benefício básico da previdência social, cujo teto em 31/03/2020 era de R\$ 6.101,06 (seis mil, cento e um reais e seis centavos) por mês. Eventuais reduções no valor do benefício básico podem elevar os compromissos do plano (com relação aos benefícios concedidos antes de 18/12/2018); e
- A possibilidade de concessão de ganhos reais por ocasião do reajuste do salário-real-de-benefício dos assistidos, sem a contrapartida no custeio do PBB.

Além disso, têm-se os riscos atuariais inerentes ao modelo em que está estruturado o PBB, compreendendo possíveis descolamentos das hipóteses econômicas, financeiras, biométricas e demográficas no longo prazo.

Para mitigar os riscos atuariais do modelo, é realizado acompanhamento regular da adequação das hipóteses adotadas na mensuração dos compromissos, mediante realização de testes regulares de aderência das hipóteses.

Não foram identificados riscos incomuns específicos do Plano ou quaisquer centralizações de risco significativas que possam expor os Patrocinadores a um risco concentrado.

Características do Plano

O Plano Básico de Benefícios – PBB prevê a concessão dos seguintes benefícios.

- a) complementação de aposentadoria;
- b) complementação de pensão;
- c) complementação de auxílio-reclusão;
- d) complementação de abono anual (13º salário);
- e) complementação de auxílio-doença; e
- f) pecúlio por morte.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2020
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Estrutura Regulatória do Plano

O PBB é regido pelo seu Regulamento Básico, cuja última atualização foi aprovada pela Portaria PREVIC n.º 1.166, de 12/12/2018, e publicada no DOU em 18/12/2018, por Resoluções dos Órgãos Estatutários da FAPES e pelas normas emitidas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e por outras emanadas do poder público, em especial às disposições da:

- **Emenda Constitucional n.º 20/1998**, que estabeleceu a regra de transição para a paridade contributiva entre participantes e patrocinador em planos patrocinados por entidades públicas, inclusive empresas públicas e sociedades de economia mista;
- **Lei Complementar n.º 108/2001**, que estabelece, entre outros requisitos, que as contribuições normais destinadas pelas empresas públicas (autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas) aos planos de benefícios previdenciais por elas patrocinados não podem exceder às contribuições normais dos participantes;
- **Lei Complementar n.º 109/2001**, que dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar no Brasil;
- **Resolução CNPC n.º 30/2018**, que substitui as Resoluções CGPC n.º s 18/2006 e 26/2008, com efeito a partir de 01/01/2019, e dispõe sobre as condições e os procedimentos a serem observados pelas EFPCs na apuração do resultado, na destinação e utilização de superávit e no equacionamento de déficit dos planos de benefícios de caráter previdenciário que administram, e dá outras providências. Tanto a destinação e utilização do superávit, quanto o equacionamento de déficit técnico de planos sujeitos à LC 108/2001, dar-se-ão de forma paritária entre participantes e patrocinador; e
- **Resoluções CGPAR n.º 9/2016 e 25/2018**, que afetam particularmente as estatais federais patrocinadoras de planos de previdência complementar e disciplinam, respectivamente, as atividades de supervisão e fiscalização sistemáticas sobre a gestão do benefício, bem como as diretrizes quanto ao patrocínio do benefício de previdência complementar.

Avaliação atuarial e contabilização

O compromisso atuarial foi avaliado por atuário independente, pelo Método de Crédito Unitário Projetado (PUC). Para a atualização dos valores para as datas específicas foram usados juros atuariais equivalentes à remuneração das Notas do Tesouro Nacional, série B (NTN-B), negociadas em 16/03/2020, com vencimento em 2035, que correspondeu a 4,05% ao ano.

A Resolução MPS/CNPC n.º 8, de 31/10/2011, que dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, aprovou anexos que tratam da planificação contábil padrão, modelos e instruções de preenchimento das demonstrações financeiras. As principais categorias de ativos do plano foram apresentadas em conformidade com essa Resolução.

Os ativos atuariais, determinados pelos atuários independentes, não são reconhecidos como ativo do Patrocinador em função da impossibilidade de compensação de tais valores com contribuições futuras, conforme determinado no regulamento do plano de pensão.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada trimestralmente pelos atuários independentes, usando o Método PUC. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

As dívidas contratadas entre a BNDESPAR e o fundo de pensão são consideradas na determinação de um passivo adicional referente a contribuições futuras que não serão recuperáveis.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes conforme ocorram. Os custos dos

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2020
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

serviços correntes, o custo financeiro e o retorno esperado do ativo do plano são reconhecidos no resultado do período.

19.12.2. Plano de Assistência e Saúde – PAS

O Plano de Assistência e Saúde (PAS) é operado pela Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES - FAPES e possui como beneficiários, os empregados ativos e assistidos do BNDES e de suas subsidiárias, assim como seus respectivos dependentes. O PAS é regido pelo Regulamento do Plano de Assistência à Saúde – RAS aprovado pela diretoria do BNDES e pelas normas emitidas pela Agência Nacional de Saúde – ANS.

A BNDESPAR oferece benefício de assistência médica no pós-emprego, condicionado ao cumprimento dos requisitos do regulamento do plano. Os custos esperados deste benefício são acumulados durante o período laboral, dispondo da mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido.

Não foram identificados riscos incomuns específicos do plano ou quaisquer centralizações de risco significativas que possam expor o patrocinador a um risco concentrado.

Em 31 de março de 2020, a partir da avaliação atuarial trimestral efetuada por atuário externo, com base nos dados de fevereiro de 2020 e atualizada até 31 de março de 2020, foi contabilizado o valor da obrigação atuarial relativo ao benefício pós-emprego dos participantes assistidos, bem como dos participantes ativos pelo prazo médio de tempo laborativo futuro.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente da obrigação na data do balanço. Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes conforme a sua ocorrência. Os custos dos serviços correntes e o custo financeiro do plano são reconhecidos no resultado do período.

O PAS é custeado pelas empresas do Sistema BNDES (BNDES, BNDESPAR e FINAME) em caráter supletivo ao sistema público de saúde e as despesas referentes à manutenção do PAS são cobertas pelo Fundo de Assistência Médico Social – FAMS, que corresponde a um fundo rotativo, dotado com recursos oriundos dos patrocinadores. O FAMS não está coberto por ativos garantidores e a antecipação do pagamento dos benefícios é efetuada pela BNDESPAR com base nos orçamentos apresentados pela Fundação, que presta contas dos custos incorridos mensalmente, através de Demonstrativo de Prestação de Contas.

19.12.3. Benefícios de rescisão

A BNDESPAR reconhece os benefícios de rescisão quando está, de forma demonstrável, comprometida com a rescisão dos atuais empregados, de acordo com um plano formal detalhado, o qual não pode ser suspenso ou cancelado, ou o fornecimento de benefícios de rescisão como resultado de uma oferta feita para incentivar a demissão voluntária.

19.13. Gestão de Riscos

Risco Operacional

O Sistema BNDES adota o conceito definido na Resolução CMN nº 4.557/2017, no qual risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas. Conforme essa definição, o risco operacional inclui o risco legal. Já o Controle interno é um processo desenvolvido para mitigar riscos e executado em todos os níveis da instituição, tendo grande importância na gestão dos riscos operacionais.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2020
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Em linha com o arcabouço legal, o Sistema BNDES possui vários processos e instrumentos visando o adequado gerenciamento dos riscos operacionais, que contempla atividades de identificação, avaliação e monitoramento de riscos e controles associados. Adicionalmente, a unidade de gestão de risco operacional e controle interno desenvolve atividades de avaliação da qualidade do sistema de controle interno, gestão da continuidade de negócios, alocação e avaliação da suficiência do capital regulamentar, além de manter um processo contínuo de comunicação e disseminação da cultura de risco e controle.

Todas as atividades se baseiam em metodologias definidas com base nas Políticas Corporativas de Gestão de Risco Operacional e Controle Interno e de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovadas pelo Conselho de Administração, que estabelecem o conjunto de princípios, papéis e responsabilidades relativos aos temas no Sistema BNDES. Outro instrumento relevante é a Declaração de Apetite a Risco do Sistema BNDES, que orienta o tratamento dos riscos por meio de seus limites quantitativos e qualitativos.

A disseminação da cultura de riscos operacionais e de controle interno na Instituição é suportada por um Plano de Comunicação, desenvolvido com o objetivo de guiar as ações de comunicação e de divulgação de informações, que incluem apresentações/palestras de divulgação de risco operacional, treinamentos sobre utilização de ferramentas de suporte às atividades de risco operacional e inserções na mídia interna. Também estão disponíveis informações sobre os temas na intranet.

Exposição ao Risco Operacional

O valor da parcela do capital mínimo exigido referente ao risco operacional (RWA_{OPAD}) é calculado conforme estabelecido pela Circular BACEN n.º 3.640/2013, com base nas informações do Conglomerado Prudencial do Sistema BNDES.

Risco de Mercado

O risco de mercado é o risco de ocorrência de perdas financeiras resultantes da alteração nos valores de mercado de posições ativas e passivas detidas pela Instituição, dentre as quais se incluem os riscos das operações sujeitas à variação da cotação de moeda estrangeira, das taxas de juros, dos preços das ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

A estrutura de gerenciamento de risco de mercado e a Política Corporativa de Gestão de Riscos de Mercado do Sistema BNDES e de suas subsidiárias define o conjunto de metodologias, procedimentos, limites, instrumentos e responsabilidades aplicáveis no controle permanente dos processos da Instituição, a fim de buscar o adequado gerenciamento dos riscos.

Risco de câmbio

A BNDESPAR está exposta aos efeitos de flutuação nas taxas de câmbio decorrentes de operações em moedas estrangeiras. O risco de câmbio é monitorado diariamente através da apuração da exposição cambial do Sistema BNDES. As estratégias de *hedge* são feitas para o Conglomerado Prudencial, através da atuação nos mercados de derivativos cambiais.

Risco de taxas de juros

É o risco de o valor justo de instrumentos financeiros oscilarem devido a mudanças nas taxas de juro de mercado. O risco de juros é controlado para o Sistema BNDES. Adicionalmente, o risco de descasamento entre indexadores e taxas é monitorado mensalmente e está sujeito a limites aprovados pela Diretoria. Os limites são estabelecidos para cada uma das empresas do Sistema BNDES e também para Conglomerado Prudencial.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2020
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Risco de preços

É o risco de o valor justo de instrumentos financeiros oscilarem como resultado de alterações nos preços de mercado, quer sejam essa alteração por fatores específicos do instrumento financeiro, ou fatores que afetam todos os instrumentos financeiros semelhantes negociados no mercado.

Instrumentos financeiros

A unidade responsável pela gestão de risco de mercado do Sistema BNDES acompanha diariamente informações relativas à carteira de instrumentos financeiros da BNDESPAR. Essa carteira é formada por: participações societárias em companhias abertas listadas na B3, empresas fechadas, cotas de fundos de investimentos em participações, debêntures com ou sem opcionalidades, captações e outros títulos que apresentem algum dos riscos de mercado listados anteriormente.

Métricas de risco e governança

Para a aplicação das métricas e análises de risco definidas pelo regulador, a carteira de instrumentos financeiros da BNDESPAR é segregada em carteira de negociação e de não negociação, de acordo com algumas premissas.

A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com a intenção de negociação ativa e frequente ou destinadas a hedge de outros elementos da carteira de negociação e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à (i) revenda; (ii) obtenção de benefício dos movimentos de preços, efetivos ou esperados; ou (iii) realização de arbitragem. A carteira de negociação da BNDESPAR, atualmente, não possui instrumentos financeiros.

Gerencialmente, o Sistema BNDES apura os riscos de juros, câmbio e preços utilizando as métricas VaR (*Value at Risk*), Teste de Estresse, análise de sensibilidade e análise de descasamento por fator de risco. Somado a isso, são aplicadas as metodologias designadas pelo regulador em sua modelagem padronizada. Duas métricas são utilizadas para avaliar o risco de taxa de juros para a carteira de não negociação: *Economic Value Of Equity* (EVE) e *Net Interest Income* (NII). As medidas de risco são analisadas por meio de relatórios diários ou mensais, a depender de sua finalidade e alçada decisória.

Quanto à governança, o sistema BNDES dispõe de diferentes comitês para discutir sobre assuntos ligados a risco de mercado, formados por níveis hierárquicos distintos. Além disso, está em vigor estrutura de limites de risco de mercado e alertas que controlam os riscos das carteiras, permitindo o alinhamento com o perfil de risco estipulado nos comitês.

Análise de sensibilidade

Na elaboração da análise de sensibilidade, a Companhia adota as seguintes premissas, definidas na Instrução Normativa CVM n.º 475/2008:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia;
- Definição de um cenário provável, nos termos da Deliberação CVM n.º 604/2009, do comportamento do risco que é referenciado por fonte externa independente para o prazo de 1 ano;
- Definição de dois cenários adicionais, nos termos da Instrução CVM n.º 475/2008, com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários II e III);
- Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia e seus reflexos no resultado e no patrimônio líquido; e
- O cenário provável e os de estresse (II e III) foram comparados com o cenário atual para cada tipo de instrumento financeiro.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2020
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Para o cálculo da análise de sensibilidade das operações em renda fixa e de taxa de câmbio, o cenário provável, avaliado internamente, considera a expectativa de comportamento das taxas nos próximos 12 meses, podendo ocasionar ganhos ou perdas para a Instituição.

O cenário provável para as operações de renda variável (ações) é calculado com base no “beta” de cada uma das ações que compõem a carteira da BNDESPAR e em avaliações internas para determinação da taxa livre de risco de um ano e do prêmio de risco de mercado, utilizando para tal o modelo CAPM (*Capital Asset Pricing Model*). O valor da carteira de ações na data base da demonstração financeira foi utilizado como base do cenário atual. São excluídas da análise as ações que são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

Para os derivativos analisados, o risco de preço do ativo subjacente a tais instrumentos financeiros pode ser considerado como o mais relevante, cuja variação pode responder pela maior parcela de alteração do valor justo desses instrumentos de renda variável em determinado período. Para fins da Deliberação CVM n.º 604/2009 e da Instrução CVM n.º 475/2008, na análise de sensibilidade dos derivativos, é considerado como cenário provável o próprio valor justo já registrado, uma vez que esse valor já reflete a expectativa da administração e se baseia em fontes externas de dados acerca das variáveis de risco que fazem parte dos modelos de precificação adotados para o cálculo do valor justo. Esse cenário é base para os cenários de deterioração de 25% e 50% da principal variável de risco considerada, o preço à vista da ação objeto. O risco associado à alta ou queda no preço do ativo objeto depende do tipo do derivativo.

Outro ponto relevante sobre os derivativos é que algumas dessas operações (opções de venda detidas ou opções de compra de ações cedidas) foram realizadas em conjunto com a aquisição de seu ativo objeto, o que, sob o ponto de vista de portfólio, implica em mitigação de risco. Sob a ótica de balanço, essa redução de risco nem sempre é aparente, pois variações no valor desses instrumentos podem causar impacto em contas diferentes (resultado ou Patrimônio Líquido) a depender de sua classificação contábil. Além disso, a BNDESPAR não adota a prática de *hedge accounting* para tais instrumentos, o que poderia evitar esse tipo de conflito no balanço patrimonial da Instituição.

Em relação aos derivativos que constam da presente análise, é importante notar a diferença do impacto econômico entre dois horizontes de tempo: (i) no período completo de vigência do derivativo; e (ii) nos períodos intermediários compreendidos no prazo de vigência do derivativo citado no item (i). No caso do período completo, entre a data de aquisição do derivativo e o seu vencimento (item i), não há risco de perda acumulada no resultado, uma vez que, no momento inicial, esse instrumento possui valor justo igual a zero, sem qualquer desembolso correspondente a título de prêmio. Já no caso dos períodos intermediários (item ii), existe o risco de perda de valor dos derivativos em decorrência de eventuais variações negativas no valor justo destes instrumentos. Tais variações nestes períodos geram impacto no resultado e no patrimônio da Instituição.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade de o Sistema BNDES não conseguir negociar ativos a preço de mercado, devido ao tamanho elevado de suas posições em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco associado à possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados; da desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador; da redução de ganhos ou remunerações; das vantagens concedidas nas renegociações; e dos custos de recuperação.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2020
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

O objetivo primordial da gestão de risco de crédito é a mensuração adequada do risco de perdas financeiras na carteira. As empresas do Sistema BNDES utilizam a metodologia padronizada para o cálculo do Capital Regulamentar conforme normativos emitidos pelo Conselho Monetário Nacional. Os ativos da BNDESPAR, incluindo derivativos, provisionam capital regulamentar, respeitando as regras definidas na Circular BACEN n.º 3.644/2013.

A unidade responsável pela gestão do risco de crédito do Sistema BNDES realiza estimativas para os diferentes componentes de risco dos ativos inseridos na parcela regulamentar de capital, além de modelagens de capital econômico por meio de metodologias analíticas e por simulação. Tais análises são desenvolvidas com vistas à implementação futura do modelo avançado conforme diretrizes de Basileia. Desse modo, o risco da carteira é avaliado por meio da obtenção de estimativas para os seguintes componentes: (i) a probabilidade de inadimplência do tomador ou contraparte (PD); (ii) a exposição com o tomador ou contraparte no momento da inadimplência (EAD); (iii) as perdas decorrentes da inadimplência (LGD); e (iv) a maturidade ou prazo efetivo de vencimento dos contratos.

Exposição ao Risco de Crédito

As exposições a risco de crédito são calculadas conforme estabelecido pela Circular BACEN n.º 3.644/2013. O valor da parcela RWA_{CPAD} é calculado mensalmente com base no Conglomerado Prudencial do Sistema BNDES.

19.14. Gestão de Capital

Os principais objetivos, das empresas do Sistema BNDES, relacionados ao gerenciamento de capital são os seguintes:

- Manter uma sólida base de capital que suporte de forma efetiva o desenvolvimento de seus negócios;
- Cumprir as exigências estabelecidas pelos órgãos reguladores dos mercados bancários onde opera; e
- Assegurar rentabilidade compatível com os riscos assumidos pelo BNDES e por suas empresas controladas.

A adequação da estrutura de capital e o monitoramento dos limites relacionados ao capital regulatório são realizados pelo BNDES por meio da implementação de processos, métodos e procedimentos originados das diretrizes definidas pelo Comitê de Basileia, na forma implementada pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Desse modo, a autoridade monetária exige que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN mantenham, permanentemente:

- Um Patrimônio de Referência (PR) compatível com o risco de suas atividades e apurado segundo a Resolução CMN nº 4.192/2013; e
- Requerimentos Mínimos de Capital em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), apurados em conformidade com os artigos 6º ao 9º da Resolução CMN nº 4.193/2013.

Dessa forma, com o objetivo de assegurar a compatibilidade entre o capital mantido pela instituição e o capital requerido para fazer frente aos riscos incorridos em suas atividades, todas as exposições a risco provenientes das operações da BNDESPAR estão inseridas nas parcelas componentes do capital regulamentar do BNDES conforme determinado pela legislação vigente. Por outro lado, os ativos da BNDESPAR são considerados, pelo Método de Equivalência Patrimonial, parte integrante do capital mantido pelo BNDES e reportado em suas demonstrações consolidadas.

Adicionalmente, cabe destacar que todos os limites regulamentares apurados pelo BNDES, notadamente aqueles relacionados às exposições aos diferentes riscos, incluem as operações realizadas pela BNDESPAR. De modo semelhante, os indicadores gerenciais monitorados mensalmente para o acompanhamento das exposições permitem tanto a avaliação por empresa do conglomerado econômico financeiro quanto às análises em bases consolidadas.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2020
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

19.15. Informações por segmento

A BNDESPAR é uma subsidiária integral do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e tem sua atuação pautada nas diretrizes estratégicas formuladas em conjunto com seu controlador, direcionadas a apoiar o processo de capitalização e o desenvolvimento de empresas nacionais por meio, principalmente, de participações societárias.

A estrutura administrativa do Sistema BNDES, que inclui o BNDES e suas subsidiárias integrais, é única e compartilhada, assim como sua estrutura de controles internos e de gestão de risco. As decisões estratégicas e de financiamento são temas geridos pelo Controlador, que utiliza a BNDESPAR como instrumento de execução de sua missão, a depender do produto e da forma de apoio financeiro. Da mesma forma, a gestão financeira, incluindo a captação de recursos, a alocação de *funding* entre os segmentos operacionais e o gerenciamento das disponibilidades, é feita de forma consolidada no Sistema BNDES, através da gestão integrada de ativos e passivos financeiros (*Asset Liability Management* - “ALM”).

Neste contexto, o desempenho dos segmentos de negócio é acompanhado e avaliado sob a ótica do Sistema, conforme informações apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas do BNDES.

O Sistema BNDES define seus segmentos operacionais com base nos relatórios disponibilizados à Alta Administração para análise de desempenho e tomada de decisões estratégicas, considerando ainda a natureza das formas de apoio. Estas decisões competem, em última instância, à Diretoria que, atuando de forma colegiada, é responsável pela gestão dos segmentos de negócio.

Os segmentos de negócio do Sistema BNDES são classificados em: (i) “Renda Fixa” (financiamento de projetos); (ii) “Renda Variável” (mercado de capitais); e (iii) “Tesouraria / ALM” (gestão de recursos financeiros).

As operações da BNDESPAR, majoritariamente representadas por participações societárias e cotas de fundos de participações, integram o segmento de “Renda Variável” do Sistema BNDES. Uma parcela menor de seus ativos, representada por operações de aquisição/subscrição de debêntures e venda a prazo de títulos e valores mobiliários, compõe o segmento de “Renda Fixa”. Portanto, considerando que a gestão por segmentos não se dá por subsidiária, mas sim de forma consolidada no Sistema BNDES, conforme possibilitado pelo CPC 22 a informação da BNDESPAR está contemplada nos segmentos de “Renda Variável” e “Renda Fixa” constantes da nota explicativa “Informação por Segmento” divulgada nas demonstrações financeiras consolidadas do BNDES.

19.16. Rateio de despesas administrativas e de pessoal

Conforme estabelecido em convênio firmado entre o BNDES e suas subsidiárias integrais BNDESPAR e FINAME com o objetivo de racionalização de custos, as despesas administrativas e de pessoal comuns ao Sistema BNDES, bem como o fornecimento de todos e quaisquer recursos materiais e/ou serviços necessários à execução das atividades, são rateadas entre as empresas de acordo com a contribuição de cada uma ao Resultado Bruto de Intermediação Financeira (antes da provisão para risco de crédito) do exercício imediatamente anterior.

Não são consideradas para fins do rateio as despesas que possam ter seus beneficiários claramente identificados, como por exemplo, honorários dos conselhos e despesas tributárias.

No que concerne a BNDESPAR, o Resultado Bruto da Intermediação Financeira corresponde a diferença entre as Receitas Operacionais e as Despesas Operacionais, excluindo-se os efeitos da reversão (constituição) de provisão para perdas em investimentos e o resultado com alienações de títulos de renda variável.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2020
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Dessa forma, os percentuais atribuídos a cada empresa nos exercícios de 2019 e 2020 foram:

	2020		2019	
	Resultado bruto de intermediação financeira do exercício anterior	% de rateio	Resultado bruto de intermediação financeira do exercício anterior	% de rateio
BNDES	8.636.107	55%	7.982.188	58%
BNDESPAR	4.916.411	31%	3.175.571	23%
FINAME	2.226.268	14%	2.532.126	19%
Total do Sistema	15.778.786		13.689.885	

19.17. Pronunciamentos, Orientações e Interpretações (normas) emitidos pelo CPC

(a) Normas contábeis emitidas e aplicáveis para o período findo em 31 de março de 2020

CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil

Este Pronunciamento substitui o CPC 06 (R1) – Operações de Arrendamento Mercantil, bem como a ICPC 03 – Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil (IFRIC 4, SIC-15 e SIC-27). As principais alterações dizem respeito à eliminação da contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; (b) reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e (c) reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro.

Em função do convênio das despesas administrativas, vide Nota Explicativa n.º 19.16, esse Pronunciamento não é aplicável às demonstrações financeiras da BNDESPAR.

ICPC 22 – Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro

Essa interpretação explica como reconhecer e mensurar ativos e passivos sobre lucros correntes e diferidos, no caso em que há incerteza sobre o tratamento de um imposto onde as posições fiscais ainda não foram aceitas pelas autoridades tributárias.

O efeito da aplicação não foi considerado relevante nas demonstrações financeiras da BNDESPAR.

Revisão 14 – Revisão de Pronunciamentos Técnicos

Alterações em diversos Pronunciamentos, Interpretações e Orientação Técnicos em decorrência da edição do CPC 00 (Estrutura Conceitual), da alteração na definição de combinação de negócios no CPC 15 (R1), da alteração da definição de omissão material ou divulgação distorcida material e da alteração da denominação do CPC 06 (R2) para Arrendamentos, aplicando-se aos exercícios iniciados em ou após 01 de janeiro de 2020.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2020
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Normas contábeis emitidas e/ou revisadas e ainda não adotadas

A lista a seguir traz novas normas e/ou revisões emitidas e não adotadas até o período findo em 31 de março de 2020.

CPC 11 – Contratos de seguros

O pronunciamento será substituído por outro, equivalente ao IFRS 17. A norma descreve o Modelo Geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como Abordagem de Taxa Variável. O Modelo Geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a Abordagem da Alocação de Prêmios. O Modelo Geral utilizará premissas atuais para estimativa do valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensurará explicitamente o custo dessa incerteza, levando em consideração as taxas de juros do mercado e o impacto das opções e garantias dos segurados.

Este pronunciamento é aplicável para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, e sua adoção é retrospectiva.

Não são esperados impactos quando da adoção desta norma na BNDESPAR.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2020
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Marcelo Serfaty - Presidente
Fábio de Barros Pinheiro
Heloisa Belotti Bedicks
João Laudo de Camargo
Juan Pedro Jensen Perdomo
Mansueto Facundo de Almeida Junior
Waldery Rodrigues Junior
Walter Baere de Araújo Filho
William George Lopes Saab

CONSELHO FISCAL:

Eduardo Garcia de Araújo Jorge
Vinícius Mendonça Neiva
Andre Proite – Suplente
Danilo Soares Pacheco de Medeiros - Suplente

COMITÊ DE AUDITORIA:

Fábio de Barros Pinheiro - Presidente
Heloísa Belotti Bedicks
Paulo Marcelo de Miranda Serrano

DIRETORIA:

Gustavo Henrique Moreira Montezano – Presidente
Ângela Brandão Estellita Lins
Bianca Nasser Patrocínio
Bruno Laskowsky
Claudenir Brito Pereira
Fábio Almeida Abrahão
Leonardo Mendes Cabral
Petrônio Duarte Cançado
Ricardo Wering de Barros
Saulo Benigno Puttini

SUPERINTENDENTE DA ÁREA DE CONTROLADORIA:

Luciana Torres Bastos

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE:

Maria da Conceição Viviane Tavora de Freitas – CRC: RJ 093.073/O-5

Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias

Grant Thornton Auditores Independentes

Rua Voluntários da Pátria, 89 | 5º andar | Botafogo
Rio de Janeiro | RJ | Brasil

T +55 21 3512.4100

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
BNDES Participações S.A.
Brasília – DF

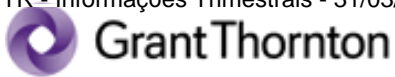
Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da BNDES Participações S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração intermediária e com a norma internacional “IAS 34 – *Interim Financial Reporting*”, emitida pelo “*International Accounting Standards Board (IASB)*”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações financeiras intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da Entidade e “ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, incluídas nas informações trimestrais acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na CPC 09 – Demonstração do valor adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 13 de maio de 2020.

Ana Cristina Linhares Areosa
CT CRC RJ-081.409/O-3

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC SP-025.583/O-1

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**CARTEIRA DE AÇÕES - POSIÇÃO: 31/03/2020**

Empresas	% Total	% ON	% PN
AES ELPA S.A.	(*)	(*)	0,00
AES TIETÊ ENERGIA S/A	28,41	14,42	37,51
AES URUGUAIANA EMPREENDIMENTOS S.A.	(*)	(*)	0,00
AMATA S.A.	9,49	9,49	0,00
BIOMM S.A.	9,62	9,62	0,00
BLOCKBIT TECNOLOGIA S.A.	23,27	23,27	0,00
BOMBRILO S.A.	2,20	0,00	4,67
BRASILIANA PARTICIPAÇÕES S/A	53,85	50,00	100,00
BRASPÉROLA IND. E COMÉRCIO S/A	3,81	0,00	7,86
BRQ SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA S/A	22,98	22,98	0,00
CARBOMIL S.A.- MINERAÇÃO E INDÚSTRIA	30,00	0,00	100,00
CASA ANGLO BRASILEIRA S.A.	22,34	0,00	37,10
CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRÁS	10,23	11,00	6,67
CIA. BRAS. DE PART. AGROINDUSTRIAL	5,87	5,87	0,00
CIA. DE ABAST.D'AGUA E SANEAMENTO DO ESTADO-AL	(*)	0,00	1,27
CIA. DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS	6,27	0,00	11,49
CIA. DE TRÂNSITO E TRANSPORTE URBANO DO RECIFE - CTTU	11,90	4,73	38,85
CIA. DE TRANSPORTES COLETIVOS DO RIO DE JANEIRO - CTC	1,39	1,39	0,00
CIA. DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO	0,02	0,02	0,00
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA MG	3,46	3,46	0,00
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG	34,56	34,56	0,00
COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG	5,52	11,14	2,70
COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL	23,96	26,41	21,21
COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL	0,63	0,63	0,00
CTC CENTRO DE TECNOLOGIA CANAVIEIRA S/A	18,99	18,99	0,00
ELEBRA S.A. - ELETRÔNICA BRASILEIRA	(*)	0,00	(*)
EMBRAER S.A.	5,37	5,37	0,00
ENERGISA S.A.	0,43	0,21	0,60
ENGIE BRASIL ENERGIA S.A.	0,95	0,95	0,00
ERB - ENERGIAS RENOVÁVEIS DO BRASIL S.A.	8,31	8,31	0,00
ESTRUTURADORA BRASILEIRA DE PROJETOS S.A.	19,61	11,11	44,44
GERDAU S.A.	1,45	0,00	2,17
GRANBIO INVESTIMENTOS S/A	13,96	13,96	0,00
HIDROVIAS DO BRASIL S/A	3,74	3,74	0,00
IGUA SANEAMENTO SA	11,32	11,32	0,00
INDEPENDÊNCIA PARTICIPAÇÕES S.A.	21,81	0,00	100,00
INDÚSTRIA DE ALIMENTOS NILZA S.A.	35,00	0,00	100,00
IOCHPE - MAXION S.A.	1,99	1,99	0,00
JBS S.A.	21,32	21,32	0,00
KLABIN S.A.	5,20	2,83	6,57
KOSMOS COMÉRCIO DE VESTUÁRIO S.A. (EX-ARAPUÁ)	4,22	0,00	8,79
LBR - LÁCTEOS BRASIL S.A.	30,28	30,28	0,00
LIFEMED INDL DE EQUIP E ART MÉDICOS E HOSPITALARES S.A.	21,44	21,44	0,00
MADEF S/A- INDÚSTRIA E COMÉRCIO	20,29	0,00	26,46
METALÚRGICA GERDAU S.A.	0,15	0,03	0,21
METANOR S.A. METANOL DO NORDESTE	5,57	0,00	8,36
MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.	0,28	0,28	0,00
NESBER S.A.	20,00	20,00	0,00
NETUNO ALIMENTOS S.A.	33,28	0,00	100,00
NORTEC QUÍMICA S.A.	20,00	20,00	0,00
OCEANA OFFSHORE S.A.	20,00	20,00	0,00
ODEBRECHT TRANSPORT S.A	10,61	10,61	0,00
OI S.A.	0,64	0,66	0,00
OURO FINO SAÚDE ANIMAL PARTICIPAÇÕES S.A.	12,26	12,26	0,00
PADTEC S.A.	19,43	19,43	0,00
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. PETROBRAS	6,99	0,16	16,07
PRATICA KLIMAQUIP INDUSTRIA E COMERCIO S.A.	10,01	0,00	100,00
PROGEN - PROJETOS GERENCIAMENTO E ENGENHARIA S.A.	10,01	0,00	100,00
QUALITY SOFTWARE S.A.	25,99	25,99	0,00
RECEPTA BIOPHARMA S.A.	14,43	14,43	0,00
RENOVA ENERGIA S.A.	5,01	2,22	13,44
ROCHA TERMINAIS PORTUÁRIOS E LOGÍSTICA S.A.	17,86	17,86	0,00
S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO CHAPECÓ	29,65	30,12	(*)
SAM INDÚSTRIAS S.A.	5,39	8,06	0,00

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

SOROSISTEM MATERIAIS COMPOSTOS S.A.	8,83	8,83	0,00
SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.	3,62	3,62	0,00
STARA SA IND DE IMPLEMENTOS AGRICOLAS	10,26	10,26	0,00
SUNEW FILMES FOTOVOLTAICOS IMPRESSOS S.A.	30,36	30,36	0,00
SUZANO S.A.	11,04	11,04	0,00
TAUM CHEMIE INDÚSTRIA E COM. DE PRODUTOS QUÍMICOS S.A.	36,36	0,00	100,00
TBM - TÊXTIL BEZERRA DE MENEZES S.A.	34,98	42,10	0,00
TPI TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.	5,09	5,09	0,00
TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.	5,40	0,80	10,00
TUPY S.A.	28,19	28,19	0,00
UNITEC SEMICONDUCTORES S.A.	33,02	40,67	0,00
VALE S.A.	6,12	6,12	0,00

(*) Percentual inferior a 0,01%

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**CARTEIRA DE DEBÊNTURES - POSIÇÃO: 31/03/2020**

Empresas	Quantidade debêntures
COMPANHIA DE SANEAMENTO BASICO DO ESTADO DE SAO PAULO - SABESP	90
COMPANHIA DE GAS DE MINAS GERAIS - GASMIG	83.028
COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS	134.085
COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS	50.432
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA	7.751
COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA - SANEPAR	20.146
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE	270
COMPANHIA PARANAENSE DE GÁS - COMPAGAS	12.978
COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA	3.000
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN	30
CONTAX PARTICIPACOES S/A	126.681
EMPRESA BAIANA DE AGUAS E SANEAMENTO S/A - EMBASA	300
ENERGISA S/A	998.802
KLABIN S/A	54.922.680
NOVA ASA BRANCA I ENERGIAS RENOVÁVEIS	947
NOVA ASA BRANCA II ENERGIAS RENOVÁVEIS	947
NOVA ASA BRANCA III ENERGIAS RENOVÁVEIS	947
NOVA EUROS ENERGIAS RENOVÁVEIS	947
VALE S/A	8.338.046
VENTOS DE SÃO URIEL	947

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da

BNDES Participações S.A.

Brasília – DF

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da BNDES Participações S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração intermediária e com a norma internacional “IAS 34 – Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board (IASB)”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações financeiras intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da Entidade e “ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, incluídas nas informações trimestrais acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 13 de maio de 2020.

Ana Cristina Linhares Areosa

CT CRC RJ-081.409/O-3

Grant Thornton Auditores Independentes

CRC SP-025.583/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente e sobre as Demonstrações Financeiras

Interessada: BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR

C.N.P.J.: 00.383.281/0001-09

NIRE: 533.0000.2371

Avenida República do Chile, 100 - parte

20031-917 - Rio de Janeiro - RJ

Assunto: Demonstrações Financeiras referentes ao trimestre findo em 31/03/2020 e Relatório dos Auditores Externos.

Referência: ARTIGO 25, §1º, V E VI, da INSTRUÇÃO CVM Nº 480, de 07.12.2009; INFORMAÇÃO PADRONIZADA ACO/DEPCO 11/2020 de 04/05/2020 e PARECER sobre as DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS emitido por GRANT THORNTON AUDITORES INDEPENDENTES.

A Diretoria, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso VIII, do Estatuto da BNDESPAR, declara que:

(i) reviu, discutiu e concordou com as opiniões expressas no Parecer dos Auditores Externos GRANT THORNTON AUDITORES INDEPENDENTES referentes às informações trimestrais - ITR do trimestre findo em 31 de março de 2020; e

(ii) reviu, discutiu e concordou com as informações trimestrais - ITR da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2020.

Rio de Janeiro, 07 de maio de 2020.

Gustavo Henrique Moreira Montezano – Presidente

Ângela Brandão Estellita Lins

Bianca Nasser Patrocínio

Bruno Laskowsky

Claudenir Brito Pereira

Fábio Almeida Abrahão

Leonardo Mendes Cabral

Petrônio Duarte Cançado

Ricardo Wering de Barros

Saulo Benigno Puttini

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente e sobre as Demonstrações Financeiras

Interessada: BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR

C.N.P.J.: 00.383.281/0001-09

NIRE: 533.0000.2371

Avenida República do Chile, 100 - parte

20031-917 - Rio de Janeiro - RJ

Assunto: Demonstrações Financeiras referentes ao trimestre findo em 31/03/2020 e Relatório dos Auditores Externos.

Referência: ARTIGO 25, §1º, V E VI, da INSTRUÇÃO CVM Nº 480, de 07.12.2009; INFORMAÇÃO PADRONIZADA ACO/DEPCO 11/2020 de 04/05/2020 e PARECER sobre as DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS emitido por GRANT THORNTON AUDITORES INDEPENDENTES.

A Diretoria, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso VIII, do Estatuto da BNDESPAR, declara que:

(i) reviu, discutiu e concordou com as opiniões expressas no Parecer dos Auditores Externos GRANT THORNTON AUDITORES INDEPENDENTES referentes às informações trimestrais - ITR do trimestre findo em 31 de março de 2020; e

(ii) reviu, discutiu e concordou com as informações trimestrais - ITR da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2020.

Rio de Janeiro, 07 de maio de 2020.

Gustavo Henrique Moreira Montezano – Presidente

Ângela Brandão Estellita Lins

Bianca Nasser Patrocínio

Bruno Laskowsky

Claudenir Brito Pereira

Fábio Almeida Abrahão

Leonardo Mendes Cabral

Petrônio Duarte Cançado

Ricardo Wering de Barros

Saulo Benigno Puttini

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	- Nota 3.1: Alteração no quadro de 31/03/2020 na coluna "Avaliados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes", linhas "Circulante" e "Não circulante"; e - Nota 3.3: Alteração no quadro de 31/03/2020 nas colunas "Saldo contábil" e "Valor justo", linhas "Aplicações em operações compromissadas" e "Total".